

Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 24 – nº 93 – Novembro 2013Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

As mulheres no contexto das políticas migratórias

PORTUGUÊS	3
Mulher, imigrante e explorada: estudo retrata trabalho doméstico nos EUA.....	3
Especialista diz que meios de comunicação invisibilizam mulheres migrantes haitianas.....	4
Cada vez há mais mulheres migrantes no mundo.....	5
Refugiadas sírias são vendidas para serem noivas na Jordânia	7
México: Mulheres migrantes passam noites em claro para evitar agressões	8
Mulheres migrantes e afroamericanas são desprotegidas diante da violência.....	9
Peruanas migram para Brasília em busca de trabalho para sustentar suas famílias	9
 ENGLISH.....	 10
Women Fuel Rise in Remittances From the Gulf	10
Colombian women migrants say “life is not so easy” in Brazil	12
Internal displacement: The feminisation of a world-wide crisis	13
London's new female immigrants 'inspired' to lead	14
Do Women Have More to Lose If Immigration Reform Dies?.....	15
Women Immigrants Face Higher Hurdles to College Success	17
U.S. Finally Passes Stronger Protections for Women against Abuse	20
 ESPAÑOL.....	 21
La difícil tarea de la reintegración laboral de migrantes salvadoreñas.....	21
Dominicanas en Argentina, una inmigración vulnerable	22
Paraguay: el 55% de las personas que migraron en los últimos 5 años son mujeres jóvenes	24
Optan mujeres migrantes por papeles falsos para llegar a EU.....	25
Jornaleras migrantes sufren explotación en Canadá.....	26
Crisis española alcanza al sector de los cuidados.....	27
Migración femenina fomenta desintegración familiar	28
 ITALIANO	 29
Le donne straniere guadagnano circa 300 euro in meno rispetto ai loro connazionali maschi e il 31% in meno delle donne italiane	29
Islam: Corte francese sentenza a favore dell'uso del velo per le donne musulmane nel settore privato.....	30
Austria: alloggi di emergenza per donne a rischio di matrimonio forzato	30
Donne migranti. Anche le italiane lasciano il paese	31
Geneviève Makaping: “donne immigrate pilastro sommerso dello stato sociale”.....	31
La vulnerabilità delle donne immigrate tra tratta, sfruttamento e clandestinità	33

EDITORIAL

Atualmente a migração feminina internacional precisa ser pensada no contexto de globalização econômica, política e cultural, sem com isso desconhecer o caráter histórico desse processo.

Os fluxos migratórios de mulheres pelo mundo se configuram como fenômenos que participam do processo de globalização fazendo-se presentes no cotidiano de sociedades que, de forma enganosa, prometem alternativas de vida mais atraente para aquelas que sonham em mudar e dar outras chances para suas famílias.

Saskia Sassen lembra que não podemos perder de vista que os fenômenos globais se configuram também no interior do nacional, do local, do microsocial. Portanto, os fluxos migratórios internacionais em geral, e os das mulheres em particular, devem, sobretudo, ser pensados como participantes de processos de mudanças que para nós se apresentam como “inevitáveis”, pela força da sua consistência líquida – seguindo o conceito de Bauman. A migração feminina internacional parece aumentar o seu caudal e se espalhar cada vez mais depressa, não somente pela dimensão quantitativa do fenômeno, mas, também, pelas formas que ela cobra, nos mais diversos cantos do planeta.

As emigrantes dominicanas, por exemplo, sabem dos riscos que correm ao embarcar no projeto de migração para Buenos Aires. Suas características étnicas, assim como a falta de qualificação para as exigências do mercado de trabalho formal, condicionam e limitam a incorporação ao mercado de trabalho argentino. Para elas, assim como para muitas latino-americanas na Espanha ou nos Estados Unidos, são abertas somente as portas do setor de serviços domésticos ou da prostituição. Por quê? Justamente, por serem mulheres, migrantes, despossuídas de recursos e de capital cultural suficiente que lhes habilite o acesso a uma qualificação profissional reconhecida e sancionada pelo mercado de trabalho.

A socióloga Lucía Núñez explica que elas não ignoram o que acontece com outras que migraram antes, porém muitas pensam que isso – a prostituição – não será ou seu caso. Pode resultar incompreensível o fato de que, apesar das dívidas contraídas para financiar as poucas e muito caras alternativas de atravessamento de fronteiras (uma vez que medidas governamentais fecham cada vez mais as chances da migração sem risco para mulheres de origem social pobre), mulheres mexicanas e guatemaltecas ainda sonham em chegar aos Estados Unidos ou serem aceitas no programa de trabalhadoras rurais temporário para o Canadá.

As políticas migratórias, de forma isolada, não dão conta de evitar os riscos da exploração no âmbito do trabalho, da discriminação e da falta de reconhecimento e respeito aos direitos humanos básicos. De fato, em muitos países, elaboram-se marcos regulatórios que propiciam a exploração da mão de obra migrante considerada ‘não qualificada’, porém, fundamental para o andamento da economia e que beneficia setores específicos da sociedade.

Quando acrescentamos a isso, o fato de que em muitos países – inclusive aqueles considerados mais desenvolvidos, a legislação é deliberadamente omissa, não protege o trabalho feito pelas migrantes e inexistente qualquer forma legal de fiscalização no que se refere às condições de vida e de trabalho dessas mulheres, temos como resultado o cenário atual em que vivemos, onde diariamente mulheres migrantes são exploradas, violentadas e obrigadas a viver em condições indignas.

PORTUGUÊS

Mulher, imigrante e explorada: estudo retrata trabalho doméstico nos EUA

Porta de entrada da economia americana para muitos imigrantes, principalmente mulheres, o trabalho doméstico nos Estados Unidos padece dos mesmos males que em países mais pobres: salários baixos, longas horas sem intervalos nem compensações, ausência de contratos e quase nenhum poder de barganha.

Pablo Uchoa

É o retrato traçado pelo primeiro estudo a tentar fazer o perfil dessa atividade no país, elaborado pela Aliança Nacional de Trabalhadores Domésticos (NDWA, na sigla em inglês) em parceria com 34 organizações de direitos civis.

De uma amostra de 2.086 profissionais entrevistadas em 14 regiões metropolitanas – entre babás, faxineiras e pessoas que tomam conta de idosos –, a entidade calculou que metade recebe salários insuficientes para manter a sua família adequadamente.

Um em cada quatro trabalhadores declarou receber um salário abaixo do mínimo do seu Estado. Entre os que vivem nas casas dos patrões, essa proporção subiu para dois terços.

Além disso, as entrevistas, feitas em nove idiomas, indicaram que menos de 2% dos patrões contribuem para a aposentadoria dos seus empregados. Menos de 9% pagam as contribuições sociais e 65% dos trabalhadores não têm nenhuma cobertura de saúde – em um país onde os custos de tratamento médico são os mais caros do mundo.

"Ao contrário do que seria de se esperar, no século 21 os trabalhadores domésticos não têm acesso aos direitos mais básicos que se pode imaginar", disse à BBC Brasil a coordenadora nacional da pesquisa, Linda Burnham, da NDWA.

"As ocupações domésticas ainda são essencialmente feitas pelas mulheres e ainda não são consideradas como trabalho. Temos septuagenários que não podem parar de trabalhar, porque ninguém recolheu as contribuições sociais em nome deles. Eles não têm aposentadoria. Vão trabalhar até colocar o pé na cova", acrescentou Burnham.

Imigração e exploração

Historicamente, os trabalhadores agrícolas e domésticos foram excluídos das principais proteções trabalhistas americanas por pressão dos Estados do sul, dependentes de mão-de-obra pouco qualificada para tocar as suas fazendas e

residências. Nunca puderam, por exemplo, formar sindicatos nem negociar conjuntamente.

Segundo a chamada Pesquisa de Comunidades Americanas, conduzida anualmente pelo Censo, 95% dos trabalhadores domésticos nos EUA são mulheres. Cada vez mais, são também imigrantes.

Nas regiões metropolitanas pesquisadas, assim como na amostra da pesquisa, 60% dos trabalhadores domésticos são latinos. Apenas um em cada cinco é nascido nos EUA, e só um terço tem a cidadania.

Linda Burnham diz que mesmo os estrangeiros legalmente documentados recebem menos do que os cidadãos americanos. "É basicamente uma punição salarial por não ser cidadão", diz.

"Mas mesmo entre os americanos é um trabalho complicado. A relação patrão-empregado é muito pessoal e muitas vezes os empregadores não se veem como tal. Outro dia eu estava conversando com uma mulher de Atlanta, afroamericana, que fica sem salário cada vez que a família para quem ela trabalha tira férias", descreve.

"(Nesse ramo) quase não existem férias remuneradas, a maioria dos trabalhadores não tem contrato – apenas um acordo informal –, e os patrões determinam que horas o trabalho começa, mas nunca quando termina. O dia se estende até altas horas e você continua ganhando US\$ 200 por semana."

Burnham diz que os estrangeiros indocumentados, em particular, estão mais vulneráveis quando se trata de reclamar seus direitos trabalhistas. Na pesquisa, 85% dos que sofreram abuso evitaram levar o caso adiante por medo de ter seu status usado contra si. Não há dados em relação à legalidade ou não desses profissionais no país – na amostra pesquisada, os documentados eram um pouco mais numerosos que os indocumentados (53% a 47%).

Legislação

A pesquisa ouviu apenas trabalhadores domésticos que negociam diretamente com seus patrões,

obtendo seu emprego através de indicações ou anúncios de classificados. Dados do Censo indicam que existem entre 700 mil e 800 mil empregados com estas condições nos EUA.

Mais difícil, entretanto, é precisar quantos trabalham para agências de empregos, afirma a pesquisadora.

Se o entendimento deste setor ainda é fracionado nos EUA, igualmente é o trabalho das entidades trabalhistas para mudar a legislação.

Em nível federal, elas consideram que seria muito difícil avançar projetos no Congresso, relutante em reforçar proteções trabalhistas por medo de ferir o "livre mercado" e avesso a passar medidas que favoreçam os imigrantes ilegais.

A solução tem sido lutar para incluir a categoria nas legislações estaduais – Estado por Estado. Depois de mais de meia década de pressão, Nova York foi o primeiro a assinar uma legislação específica de proteção para trabalhadores domésticos.

Um projeto semelhante chegou a ser aprovado no Legislativo da Califórnia, mas o governador Jerry Brown vetou a legislação em outubro passado.

Em 2011, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou uma convenção sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, a fim de beneficiar

os 53 milhões de empregados nestas atividades em todo o mundo.

A convenção 189 estabelece a igualdade em relação a outras profissões e determina que os países que adotem o acordo definam direitos mínimos, como regulamentação por contrato, horas, intervalos, férias e contribuições. O primeiro país a ratificar a convenção foi o Uruguai, em abril deste ano. O Brasil ainda não o fez.

"Existem regulamentações: se você trabalha quatro horas para alguém, precisa de um intervalo para o almoço. Outras profissões são cobertas por essa legislação. Se trabalha mais de oito horas por dia, precisa ganhar hora extra", diz Linda Burnham.

"Muitos empregadores querem fazer as coisas corretamente, e uma parte do nosso trabalho também é educá-los. Mesmo que tenham diaristas que venham um ou dois dias por semana, se é uma relação contínua, de 52 semanas por ano, eles precisam pagar os impostos e as contribuições."

"São direitos que no século 21 os empregadores teriam de entender e garantir. Mas não é sempre o caso. Às vezes ouço histórias e penso, isso não é possível. Mas é."

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/587-mulher-imigrante-e-explorada-estudo-retrata-trabalho-domestico-nos-eua> - 03.12.12

Especialista diz que meios de comunicação invisibilizam mulheres migrantes haitianas

Nos meios de comunicação na República Dominicana há uma tendência a invisibilizar a mulher migrante e quando se escreve sobre a migração haitiana, se limitam a vinculá-la aos cortadores de cana e aos trabalhadores haitianos, que trabalham na construção.

Se as apresentam nos jornais dominicanos há uma tendência a resenhar às imigrantes haitianas somente em seu papel reprodutivo, como "parideiras e grávidas" e com esta condição as projetam como uma carga para o Estado dominicano.

Ambas as posições foram traçadas pela investigadora associada do Observatório Migrantes do Caribe (OBMICA), Allison J. Petrozziello, ao expor em um painel o tema "Aplicando a perspectiva de gênero ao processo migratório haitiano e as políticas de migração", no curso binacional "Migração, Democracia e Meios de Comunicação: Introdução ao discurso da imigração e sua análise na imprensa", organizado por esta entidade, favorecido pelo Centro de Investigações

e Estudos Sociais (Cies) da Universidade Iberoamericana (Inibe), a União Europeia e a Norwegian Church Aid.

"Os comentários que os meios querem fazer é que as mulheres haitianas vêm ao país somente em sua condição de reprodutoras, para aproveitar os serviços de saúde materna, não trabalham e, além disso, colocam a culpa nas mulheres haitianas por não conseguir o quinto objetivo do milênio, que estabelece melhorar a saúde materna, que a República Dominicana dista muito em cumpri-lo, porque tem uma mortalidade materna muito alta e o Estado não destinou os recursos necessários para cumprir com este objetivo", indicou Petrozziello.

Ante esta situação, é mais conveniente usar a mulher migrante haitiana como bode expiatório, e colocar-lhes a culpa por não cumprir com esse objetivo, porque elas vêm parir em território dominicano, representa uma tendência importante que pode repercutir sobre o direito à saúde e sobre as mulheres dominicanas, se percebem às

migrantes haitianas como bloqueadoras de seu direito à saúde, quando a realidade é mais complexa.

Outra tendência nos meios impressos nacionais, é que as migrantes haitianas não são apresentadas como trabalhadoras que geram valor e abastecem de serviços, quando estas têm uma participação importante no trabalho doméstico, que por ser um trabalho que se realiza no interior do lar, e por ser um trabalho associado às mulheres, é invisibilizado, não se estabelece um valor social, nem se considera um setor produtivo que contribui com a economia.

Refere que o trabalho doméstico não é valorizado quando é realizado por uma mulher dominicana e menos quando é feito por uma imigrante haitiana, ainda que se saiba que dentro deste panorama o trabalho doméstico é a base invisível da economia produtiva, porque permite aos integrantes de uma família sair e trabalhar.

A imagem de vítima

Para a investigadora do OBMICA outra tendência nos meios de comunicação é que as mulheres migrantes só são apresentadas como vítimas de tráfico, ou quando foram espancadas; mas não visibilizam que são pessoas que tomam decisões próprias e compartilham estratégias quando se inteiram de uma violação ou um roubo quando cruzam a fronteira.

"Se as escutam, se as entrevistamos deveríamos tratar de captar não somente as vivências, mas também como elas concebem sua realidade e manejam sua situação", expressou.

Enfatiza que os meios sabem muito pouco sobre as mulheres migrantes, suas vivências, onde vivem e trabalham e quando se fala das repatriações "sabemos muito pouco sobre a experiência de uma mulher, se houve separação familiar, a violência que sofrem ao ser repatriadas, ou onde deixam seus filhos, porque jamais são consultadas".

Chamado para um tratamento mais justo

Cada vez há mais mulheres migrantes no mundo

O rosto da população migrante muda de forma drástica, já que as mulheres e as meninas representam cerca de metade dos 214 milhões de pessoas que são obrigadas a abandonar seus lugares de origem no mundo.

Thalif Deen

Ante esta situação, a investigadora sugere que se preste mais atenção às mulheres migrantes não só como vítimas ou mães, mas também como protagonistas de seu próprio projeto migratório. Petrozziello também assinala a necessidade de que as políticas migratórias partam de uma análise de sua inserção laboral para que haja opções de migração legal e segura para as mulheres.

O Curso Binacional

No curso binacional "Migração, Democracia e Meios de Comunicação: Introdução ao discurso da imigração e sua análise na imprensa", se trataram aspectos como a Dinâmica da imigração: características de seus fluxos, composição social, inserção no mercado laboral, a mulher migrante e as questões institucionais no manejo e ordenamento da imigração, em particular no tema da Lei de Migração.

Participaram como facilitadores acadêmicos, além de Petrozziello, Bridget Wooding, diretora do OBMICA, Wilfredo Lozano, diretor do CEIS-UNIBE, a jornalista Amelia Deschamps, o sociólogo Leopoldo Artilles e o jurista Eddy Tejada.

A delegação de jornalistas haitianos esteve integrada por Janvier Lanol, e Avenide Joseph, das rádios Mega Star e Visión 2000, de Porto Príncipe, Phara Olivier, da organização ADHI, Ronel Odatte, da Alter Press, Chérelus Jacob, da RTV Oxigene.

Já da República Dominicana, participaram Tony Pichardo, produtor do programa de investigação Zona 5, María Scharbay, da equipe de produção do programa O Dia, Germán Marte, do jornal O Dia, Gabriela Read, da revista A Lupa sem Travas, Teresa Guerrero, de www.acento.com.do, Miguel Lugo, do portal www.cristaldigital.com.doe Milossis Liriano, encarregada de meios do Centro Bonó, e José Manuel Medina, de www.armariolibre.com e Miguel Morillo, de www.cuentasclarasdigital.com, entre outros comunicadores.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/567-especialista-diz-que-meios-de-comunicacao-invisibilizam-mulheres-migrantes-haitianas>
- 19.11.12

Em algumas regiões superam os homens, afirmou Babatunde Osotimehin, diretor-executivo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Muitas mulheres emigram por sua conta enquanto chefes de família para garantir seu sustento, disse Osotimehin, durante a 46ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (CPD), realizada na semana passada. "Outras abandonam suas casas em busca de sociedades mais abertas, para escapar de um mau casamento ou fugir de todas as formas de discriminação e violência de gênero, conflitos políticos e limitadores culturais", acrescentou.

Como outros emigrantes, as mulheres contribuem para o bem-estar de seus lares com o envio de dinheiro para suas famílias, detalhou Osotimehin. Uma crescente quantidade de migrantes é de mulheres, meninos e meninas, que sofrem a pior parte das violações de direitos humanos.

Após um debate polêmico, a CPD adotou uma tardia resolução de consenso, no dia 26 de abril, último dia do encontro, reconhecendo o papel central dos direitos sexuais e reprodutivos, dando-lhes destacada visibilidade. A sessão da CPD deste ano se concentrou nas novas tendências das migrações internacionais. E a mudança na composição por gênero das populações migrantes é um dos novos acontecimentos.

Yasmin Hassan, diretora da Equality Now, com sede em Nova York, declarou à IPS: "Nossa experiência mostra que a chamada migração feminina está profundamente vinculada ao tráfico de pessoas, seja com fins sexuais ou para trabalho doméstico". As mulheres que migram por vontade própria se vêem envolvidas em situações de profunda exploração, ressaltou.

"Isso é possível e se vê exacerbado pela situação legal vulnerável que vivem, sua falta de contatos sociais e familiares, seu isolamento, sua incapacidade, freqüente, para compreender a linguagem ou ter acesso a sistemas de proteção", afirmou Hassan, que trabalhou na Divisão para o Progresso das Mulheres, das Nações Unidas, e colaborou na implantação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Cedaw). Esta situação faz com que se tornem um alvo muito atraente para as redes de tráfico, pontuou.

Em nome dos Estados Unidos, Margareth Pollack, disse que as migrantes costumam ser vítimas de exploração e abuso sexual, e freqüentemente não têm acesso a serviços de saúde. Acrescentou que isto ocorre especialmente com as mais jovens e outros setores vulneráveis com as pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros) e

incapacitados. Pollack pediu políticas específicas destinadas a ajudar esses grupos, bem como a coleta de dados sobre abusos aos quais estão sujeitas as pessoas migrantes.

Um estudo divulgado na semana passada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com sede em Genebra, na Suíça, disse que cerca de 600 mil trabalhadores migrantes "são enganados e ficam presos em trabalhos forçados no Oriente Médio". Com base em mais de 650 entrevistas realizadas em um período de dois anos em vários países, como Jordânia, Líbano, Kuwait e Emirados Árabes Unidos, o informe indica que somente no Oriente Médio residem milhões de trabalhadores migrantes, os quais em alguns casos excedem de forma substancial a quantidade dos que são cidadãos.

No Catar, 94% dos trabalhadores são migrantes, e na Arábia Saudita cerca de 50%. Uma empregada doméstica do Sri Lanka, acusada de matar o bebê do qual cuidava, foi decapitada no mês passado na Arábia Saudita. "O tráfico de pessoas só poderá ser atendido de forma efetiva cuidando dos vazios sistêmicos na governança da migração trabalhista na região", disse Frank Hagemann, subdiretor da OIT para os Estados árabes. Migrantes africanos 300x200 Cada vez há mais mulheres migrantes no mundo

A resolução adotada pela CPD exorta todos os Estados-membros a garantirem que as migrações se integrem às políticas de desenvolvimento nacional e setorial, às estratégias e aos programas. Também devem levar em consideração os vínculos entre migração e desenvolvimento na implantação do Programa de Ação de 1994, adotado na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, e na elaboração da agenda de desenvolvimento para depois de 2015. O texto da resolução também pede a proteção dos direitos das mulheres, meninas e meninos migrantes, entre eles os vinculados à saúde sexual e reprodutiva.

Em um novo informe sobre migrações, divulgado na semana passada, a Organização das Nações Unidas (ONU) diz que os novos pólos de crescimento econômico no Sul criaram fluxos migratórios entre os países da região. Nos últimos anos, também houve um significativo aumento na migração dos países em desenvolvimento em direção às nações ricas do Norte.

"O aumento das migrações de Sul para Norte gerou um significativo fluxo de remessas para o Sul, que pode estimular o crescimento econômico", diz o informe da ONU. Segundo dados do Banco Mundial, as remessas recebidas pelos países em

desenvolvimento atingiram US\$ 406 bilhões em 2012. Muitas economias de rápido crescimento na Ásia Pacífico, sudeste da Ásia, América do Sul e África ocidental se tornaram destino de migrantes de suas respectivas regiões, acrescenta o estudo.

Além disso, os países petrolíferos do oeste da Ásia (Oriente Médio e Estados do Cáucaso) e do sul da Europa (os do Mediterrâneo) viveram um rápido crescimento na quantidade de migrantes

internacionais entre 1990 e 2010. Após o início da crise econômica e financeira que começou em 2008, algumas tendências perderam velocidade ou se reverteram temporariamente, mas os últimos dados mostram que a migração nesses países cresceu em 2011.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1119-cada-vez-ha-mais-mulheres-migrantes-no-mundo> - 02.05.2013

Refugiadas sírias são vendidas para serem noivas na Jordânia

Antes do início da guerra civil síria, Kazal estava apaixonada por seu vizinho, na cidade de Homs.

Beth McLeod

"Ele tinha 20 anos e eu sonhava em me casar com ele", diz ela. "Nunca imaginei que fosse casar com alguém que eu não amasse, mas eu e minha família passamos por momentos difíceis desde que viemos para Amã."

Kazal diz ter 18 anos, mas parece muito mais nova. Ela acaba de se divorciar de um saudita de 50 anos que pagou cerca de US\$ 3,1 mil (cerca de R\$ 6,2 mil) para se casar com ela. O casamento durou uma semana.

"Vivi com meu marido em Amã (capital da Jordânia), mas não éramos felizes. Ele me tratava como uma empregada e não me respeitava como esposa. Era muito rígido comigo. Estou contente que tenhamos nos divorciado."

Seus olhos azuis se enchem de lágrimas quando ela fala sobre o casamento.

"Concordei (em me casar) para ajudar minha família. Chorei muito quando fiquei noiva. Nunca mais casarei por dinheiro. No futuro, espero me casar com um garoto sírio que tenha a minha idade."

'Sexo para sobrevivência'

Andrew Harper, representante da agência de refugiados da ONU (UNHCR) na Jordânia, se diz preocupado com o fato de os 500 mil refugiados sírios no país estarem cada vez mais recorrendo a medidas drásticas como a de Kazal.

"Não temos recursos suficientes para ajudar todos os que precisam", diz ele. "A grande maioria dos refugiados são mulheres e crianças. Muitas não estão acostumadas a sair para trabalhar, então o sexo para a sobrevivência acaba virando uma opção."

Seu escritório, no centro de Amã, está cercado por centenas de refugiados recém-chegados, fazendo longas filas para se registrar e pedir ajuda. Ele diz

que agentes da UNHCR já entrevistaram em alguns casos, em que famílias estavam oferecendo suas filhas para casamentos.

"Não consigo imaginar nada mais asqueroso do que pessoas que buscam mulheres refugiadas. Você pode chamar isso de estupro, de prostituição, do que quiser, (o fato é que) isso é usar as (pessoas em situações) mais fracas como presas."

'Sacrifício'

Acredita-se que casamentos rápidos entre homens do golfo Pérsico e meninas sírias já aconteciam mesmo antes do início da guerra na Síria. Mas a mãe de Kazal, Manal - que, como sua filha, se veste de forma conservadora, com vestimentas muçulmanas que a cobrem dos pés à cabeça - diz que, no passado, nunca teria aceitado um casamento arranjado para sua filha.

"A vida aqui é muito difícil e temos pouca ajuda", queixa-se. "Temos um bebê que precisa de leite diariamente e não temos dinheiro para o aluguel. Então tive de sacrificar Kazal para ajudar o resto da família."

Ela diz que o casamento foi arranjado por uma ONG jordaniana chamada Kitab al-Sunna, que dá dinheiro, comida e medicamentos aos refugiados. Seu trabalho é financiado por indivíduos ao redor do mundo árabe.

"Quando fui à ONG pedir ajuda, eles pediram para ver minha filha. E disseram que iriam encontrar um marido para ela."

O diretor da Kitab al-Sunna, Zayed Hamad, diz que ele às vezes é abordado por homens interessados em se casar com mulheres sírias.

"Eles pedem garotas com mais de 18 anos. Sua motivação é ajudar essas mulheres, especialmente as que perderam seus maridos como mártires na Síria. Os homens árabes veem as mulheres sírias

como boas donas de casa, acham elas bonitas, então elas são muito desejadas."

'Entre 50 e 80 anos'

Um Mazed é uma refugiada síria de 28 anos que começou a ganhar dinheiro arranjando casamentos entre suas compatriotas e homens árabes. Em um quarto cheio de mofo em Amã, ela fica no telefone conversando com potenciais noivas e noivos.

"Os homens têm entre 50 e 80 anos e pedem por garotas de pele e olhos claros. Eles querem garotas muito novas, de no máximo 16 anos."

Ela diz ter apresentado mais de cem jovens sírias a esses homens, que lhe pagam uma taxa inicial de US\$ 70 e, se o casamento se concretizar, mais US\$ 310.

"Se os casamentos acabam em divórcio em pouco tempo, não é problema meu. Sou só o 'cupido'. Para mim não é prostituição, porque há um contrato entre o noivo e a noiva."

Um Mazed é um nome falso. Ela não quer divulgar sua identidade porque diz ter vergonha do que faz, mas afirma não ter escolha.

"Como podemos viver se as ONGs nos ajudam tão pouco? Como vamos pagar o aluguel? Não recebemos ajuda o suficiente para viver decentemente, por isso faço o que faço - para que eu e minha família possamos sobreviver."

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/1158-refugiadas-sirias-sao-vendidas-para-ser-noivas-na-jordania> - 11.05.2013

México: Mulheres migrantes passam noites em claro para evitar agressões

A delegação do Instituto Nacional de Migração (INM), no estado de São Luís Potosí, informa que de janeiro ao final de agosto desse ano, houve 226 apreensões de mulheres migrantes que regressaram aos seus países de origem. Os meses com mais mulheres apreendidas foram março, com 46, e junho, com 44. O mês de menor registro de apreensões foi fevereiro, com 14.

Do total dos/as migrantes apreendidos, 95% são de origem hondurenha; 2% de El Salvador; 1% da Nicarágua; 1% da Guatemala e outro 1% de homens e mulheres de outras nacionalidades.

As mulheres em situação de migração se expõem a maiores riscos durante os mais de 30 dias de viagem que levam, em média, para chegar aos Estados Unidos, afirma o estudo "Migrações, vulnerabilidade e políticas públicas. Impacto sobre as crianças, suas famílias e seus direitos", elaborado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

Vidas em risco

"Aqui (Casa do Migrante de São Luís Potosí) descansamos uns dias porque tem que ficar atento em todo o caminho, não pode dormir para garantir que não se caia do trem, ou que alguém te ataque; um roubo ou qualquer coisa que te queiram fazer, ainda que venhamos com homens, eles dormem, nós não", relata "Rosa".

O testemunho dessa mulher, de origem hondurenha, se soma ao de dezenas de mulheres detidas na delegação do INM.

As oficiais da migração contam que as migrantes chegam afetadas psicologicamente e relatam que foram vítimas de acidentes, agressões, espancamentos, roubos e violações.

O mais difícil é sobreviver por nossa condição de mulheres, dormir pouco, não poder descansar por estar alerta não só com policiais mexicanos, mas também de pessoas desconhecidas que se aproximam das vias do trem ou dos mesmos homens migrantes centro-americanos que se aproveitam da situação para cometer abusos, conta Rosa.

Ela comenta que saiu de seu país por escolha, mas também pela necessidade que a obrigou a sair de Honduras, deixar sua família e tentar a sorte nos Estados Unidos.

Ainda não sabe se chegará, faltam milhares de quilômetros de viagem. Muitas vezes pensou em se entregar ao INM e que a reportassem para seu país, onde a esperam seus pais, seus irmãos e uma irmã.

De acordo com o estudo da CEPAL, o comportamento da migração na América Latina se reconfigurou. Historicamente, quem migrava de seus países de origem em sua maioria eram homens, agora também migram as mulheres e as/os menores de 18 anos.

Em 2010 foram apreendidas 57 mulheres migrantes entre janeiro e agosto. Para 2011 e 2012, essas estatísticas quase se quadruplicaram ao chegar a 212 e 226 detenções, respectivamente, durante o mesmo período.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/376-mexico-mulheres-migrantes-passam-noites-em-claro-para-evitar-agressoes> -

05.10.12

Mulheres migrantes e afroamericanas são desprotegidas diante da violência

Em Nova Iorque as mulheres afroamericanas e migrantes sem documentos que são vítimas de violência de gênero estão desamparadas, já que por medo e não confiar na proteção do Estado não buscam ajuda, alertou Alan Grieg, integrante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O especialista em violência de gênero disse a esta agência de notícias que a justiça para as afroamericanas e migrantes sem documentos é questionável, uma que elas desconfiam dos tribunais e das cortes e preferem não denunciar abusos dos quais são objetos muitas vezes dentro de suas residências.

Para as mulheres é mais fácil conseguir trabalho (limpeza, cozinha, entre outras atividades) do que para os homens, o que resulta que tenham mais dinheiro que seus companheiros. Esta maior capacidade econômica lhes dá poder e as tornam independentes por terem mais liberdades que em seus países de origem.

Isto gera muito conflito em suas relações devido à situação sem documento, porque não podem recorrer à polícia para obter justiça. Não têm lugares onde possam se proteger, só podem se apoiar entre elas, incluiu Grieg.

O mestre em Estudos Sociais pela Universidade de Oxford apontou que a violência contra as mulheres não é vista ainda como um problema social grave, mas como algo “normal”.

“Muitas mulheres em Nova Iorque, especialmente as afroamericanas ou migrantes, não obtêm justiça

da polícia de nenhuma maneira e por isso não confiam; além de que muitos homens não fazem o suficiente para ajudá-las a obter justiça, mesmo quando eles mesmos não são violentos”.

Em Nova Iorque a violência de gênero é um problema grave, e maior ainda é a falta de apoio para as mulheres.

Segundo dados dos Centros para o Controle e Prevenção de Doenças, em 2011, uma em cada quatro mulheres nos Estados Unidos havia sofrido violência física grave por parte de seu companheiro em algum momento de sua vida.

Alan Grieg indicou que até o momento as mulheres vítimas da violência de gênero sem documentos recebem alguns apoios, mas a grande maioria não é oficial, uma vez que existem organizações civis que trabalham com comunidades de migrantes.

Temos que nomear a violência e responsabilizar quem a pratica, ou seja, lembrar que o Estado está para nos apoiar e proteger, não para abusar de nós, disse o integrante do PNUD.

Concluiu que nestes momentos se discute no Congresso dos Estados Unidos a Lei sobre Violência contra a Mulher, e dentro de suas disposições se analisa sobre o atendimento às mulheres migrantes. O projeto de lei prevê proteção e serviços legais para combater a violência doméstica e sexual e o assédio.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/425-mulheres-migrantes-e-afroamericanas-sao-desprotegidas-diante-da-violencia> - 23.10.12

Peruanas migram para Brasília em busca de trabalho para sustentar suas famílias

Benedito Teixeira

Amelia, 49 anos, chegou a Brasília em 2004. Deixou o Peru para trás e também o marido e dois filhos homens. De lá pra cá, nunca mais conseguiu retornar para visitar a família por falta de dinheiro. Amelia foi a primeira das migrantes que a estudiosa Delia Dutra, doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e autora do livro “Migração internacional e trabalho doméstico – Mulheres peruanas em Brasília”, entrevistou para elaborar sua pesquisa.

A peruana veio para o Brasil com objetivo de trabalhar e conseguir pagar as dívidas e o estudo dos filhos. Dar a eles a oportunidade de estudar é motivo suficiente para ficar tanto tempo longe da família. O destino Brasília foi escolhido por já ter o contato de outra peruana, Elena, que anos atrás havia migrado para a capital brasileira e já trabalhava com serviços domésticos. Até 2009, Amelia trabalhou de forma ilegal, sem documentos, quando o governo brasileiro decidiu anistiar os migrantes.

Não era a primeira vez que ela migrava. Nascida num pequeno povoado da Província de Ayacucho, filha de camponeses, Amelia migrou aos 15 anos para Lima com a irmã Teresa, que atualmente também mora em Brasília, fugindo da insegurança e violência do interior do país. Casou cedo, teve dois filhos e sempre trabalhou para ajudar nas despesas. Aos 40 anos, se viu desempregada, mas não conseguia trabalho nem como doméstica, por causa da idade. Com o dinheiro que ganha em Brasília, cerca de dois salários mínimos, pagou a dívida de sua casa em Lima e consegue enviar dinheiro para a família. Para ela, a solidão é difícil, sempre pensa em voltar, mas afirma que adiará esse momento o máximo possível até que tenha forças para trabalhar. Quer que os filhos terminem os estudos e que sua casa esteja arrumada para o seu retorno.

"Eu penso em voltar quando eles terminem de estudar, quando eles tenham algo que lhes permita ganhar a vida. Aí voltar, voltar junto ao meu marido, mesmo sendo velinhos. Porque a questão é que eu tenho filhos homens, e precisam ser profissionais para poder sustentar um dia a sua família. E sem profissão, não vão ter trabalho. Eu já vi isso na minha família. Quem fica trabalhando na construção, nem sempre tem trabalho. Quando não tem se sofre, se sofre muito sem trabalho. Isso me dá muita pena".

Amelia é uma das 10 mulheres migrantes, peruanas, trabalhadoras domésticas em Brasília, entrevistadas por Delia Dutra. O livro mostra como

essas mulheres explicam a sua integração à cidade, suas vivências no dia-a-dia do trabalho, que estão permanentemente afetadas pelas suas histórias passadas e pelos projetos de futuro.

De acordo com os depoimentos, o que se observa é que a profissão de trabalhadora doméstica carece da estima social que elas desejariam deter tanto em Brasília quanto em Lima. O primeiro aspecto constatado é que a ação de migrar é um meio encontrado para mudar suas vidas. O sonho de muitas delas é um dia ver seus filhos sendo profissionais, pessoas "bem de vida", tendo outro status social diferente ao das suas mães. A pesquisadora observou ainda que em todas as migrantes há uma atitude de renúncia no tempo presente para se obter a estima social tão desejada no tempo futuro.

Entre outras conclusões, o livro mostra, sobretudo, que essas mulheres são verdadeiras sobreviventes. "Mulheres que sonham, tomam decisões – sempre que seja possível, e, assim, conseguem ultrapassar as "fronteiras do futuro" que, parafraseando o poeta Mario Benedetti, é nessas fronteiras onde nos deparamos com um controle estrito, pois são fronteiras aonde só chegam os sobreviventes. Mulheres sobreviventes, que mais do que cuidar, vivem para servir e lutam para um dia viver as suas próprias histórias, já não mais as dos outros..."

Fonte:

http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=S&cod=77535 - 11.09.13

ENGLISH

Women Fuel Rise in Remittances From the Gulf

By Sara Hamdan

For the past decade, Mary Molina Ramos has lived outside her native Philippines, working abroad to support her family back home. She has been employed as a live-in housemaid in Dubai for the past three years, sending her entire monthly salary of about \$400 back to the Philippines.

"It feels good to support my family; I miss them all the time, but I can do more for them here than if I am with them," said Ms. Ramos, 39, who works for a family of four in Dubai. "I am so happy I will be able to send my daughter to university next year."

That is an opportunity Ms. Ramos never had. After finishing high school, she entered the work force right away to support her parents, and later her own family. Salaries for women who go abroad are typically much higher than in the Philippines, particularly in the states of the Gulf Cooperation Council, where Ms. Ramos now lives. Before moving to Dubai, she worked in Jordan for four years and in Hong Kong for two, each time as a live-in maid.

Ms. Ramos's salary is paying to put her daughter, 17, and son, 14, through school in the Philippines.

It also provides living expenses for them and for her two ailing parents, who are the children's carers. Her estranged husband has not participated in family life since her second child was born, and she has been the sole provider for the household since then.

Migrant workers in the Gulf Cooperation Council — Bahrain, Kuwait, Oman, Qatar, Saudi Arabia and the United Arab Emirates — send more than \$50 billion in remittances back to their home countries annually, with more than 100 percent year-to-year growth in remittances over the past decade, according to 2012 data from Western Union, a global money-transfer company. The rise in remittances from the Gulf reflects the significant presence of foreign workers in the region, with an increasing number of female migrant workers each year.

"The G.C.C. is one of the highest remittance outflow areas globally, with Saudi Arabia coming in second in the world after the United States," said George Naufal, an assistant professor of economics at the American University of Sharjah, in the United Arab Emirates, who co-authored a report on the topic last month. Data from Western Union show that \$27 billion in remittances were sent from Saudi Arabia in 2010, compared with \$40 billion from the United States. The United Arab Emirates and Kuwait had remittance outflows of \$8.7 billion and \$11.7 billion, respectively, that year, holding top-ten spots for global remittance levels.

"In terms of migration, one of the main changes is the increased representation of women who are working abroad to support families at home," Dr. Naufal said. "In the early 80s, it was more common for men to leave home to make enough money to return, or in the hope of bringing families later to host countries. But women are now taking this role more often."

Historically, the oil and natural gas exporting states of the Gulf Cooperation Council relied on workers from less prosperous Arab countries, including Egypt and Syria, to meet their labor needs. Things shifted in the 1990s, when an increasing share of the labor market in the region was filled by women from countries including the Philippines, Indonesia, Sri Lanka, India, Nepal and Bangladesh.

The rising number of women who are migrating abroad and sending their salaries back home represents the main change in international migration patterns in recent years, according to the new research by the American University of

Sharjah that is based on figures and remittance patterns supplied by Western Union.

"Women working in the G.C.C. and sending money home are not just putting food on the table and paying medical bills," said Sobia Rahman, Western Union's vice president for the Gulf, Pakistan and Afghanistan. "They are contributing heavily to the human capital buildup in their home countries by educating the next generation, which is one of the most effective means of economic development."

The growing economic role of women is also increasing their independence and influence over household decisions back home, according to the report by Dr. Naufal and Ismail Hakki Genc, a professor of economics at the American University of Sharjah.

An increase in education spending is the most consistent trend in countries where a larger share of resources lands in the hands of women, according to the report. "Women also spend less in their destination country, often remitting their entire monthly salaries back home," Dr. Naufal said. "They are very actively participating in the economic development of their hometowns."

The Dubai Remittance Survey Data, which collected data during the spring of 2008 from an undisclosed sample of foreigners taken from the 2008 national census, found that female workers sent home an annual mean of 16,473 dirhams, or \$4,485, which is about 2,000 dirhams more than what male workers sent to their home countries in the same period.

The latest figures available from that survey, taken in 2010 out of a sample of 1,409 men and 95 women from Asia, most of them working in the services industry, measured education levels. Although the sample size is skewed because it includes far more men than women, the data showed that 59 percent of women had university degrees, compared with 30 percent of men.

"Higher education doesn't necessarily translate into a skilled job," Dr. Naufal said. "These women typically work in retail, at restaurants, in salons and as housemaids, and have lower salaries than male counterparts."

Ms. Ramos hopes to continue working in Dubai until both of her children have completed a university education and found jobs.

"I would love if my daughter becomes a nurse," she said. "She can choose anything she wants. I will be happy that I helped her find any work she likes."

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1379-women-fuel-rise-in-remittances-from-the-gulf> - 27.06.2013

Colombian women migrants say “life is not so easy” in Brazil

São Paulo, BRAZIL: Known throughout the world as a ‘welcoming’ country, Brazil in the last decade has opened its doors to more than 286,000 immigrants.

Luisa Pascoareli

They have come from a diverse group of global regions, all for different reasons, coming from the United States, Japan, Paraguay, Portugal and Bolivia, according to IBGE – Brazilian Institute of Geography and Statistics. But when it comes to Latin American migrants lives, some refugees experiences are often filled with exclusion and hardship.

In a meeting in the city of São Paulo, Brazil held by Adus, a Non-Governmental Organization (NGO) that “aims to seek new alternatives related to the integration of resident refugees,” the ongoing problems for refugees entering the region is a process that includes discrimination. Helping refugees find dignity with a way out of poverty and a sustainable career is a challenge, in spite of the Brazilian Refugee Act Bill in 1997, an act of legislation that hoped to bring ‘integration’ in Brazil, but met with continued limitations to migrants that have come to Brazil from Latin America.

Rosa* is a Colombian migrant woman who came to Brazil three months ago seeking refugee status. Since her displacement in Colombia, where decades of fear and rural paramilitary conflict has caused ongoing destabilization, Rosa became part of the tide of migrants displaced by circumstances beyond her control. Since arriving in Brazil she has been looking for a job in Brazil to help support her family. But her efforts have not brought her luck to find what she needs.

“Female labour migrants are frequently confined to low-skilled jobs in domestic and care work, hotel and catering services, the entertainment and sex industry, agriculture and assembly lines,” says the OSCE – Organization for Security and Co-operation in Europe in a October 2010 International Organization for Migration report. “This includes many skilled or highly skilled women who face downgrading and deskilling in the country of destination,” continued the OSCE.

Through a one-on-one interview with WNN – Women News Network in São Paulo, Rosa shared her opinion that Brazil is “not as friendly” as she first thought. With a certificate in Culinary Arts and Gastronomy and experience as a food chef in Colombia, Rosa has had no luck finding a job despite São Paulo’s busy restaurant industry as the capital city in the richest state in Brazil.

“I took a step back and tried a [job] vacancy as a kitchen helper, but even with this I am not getting a chance,” outlined Rosa. “The employers here ask for experience in[side] Brazil and I don’t have it, despite having it in my own country,” she continued.

There are challenges in a new country for women migrants. Not knowing the native Portuguese language in Brazil is one of them. It can be one of the biggest problems for Colombian women who are trying to get refugee status. The other problem for women from Colombia is their gender.

While male migrants from Colombia may find jobs once they become documented, like Ricardo*, a former policeman from Colombia who’s love of wine helped get him a solid job in the hospitality industry in Brazil, women are often excluded from job opportunities that are higher paying under discrimination.

For Alexandra Aparicio, Latin American Manager at Refugees United, an institution that helps to search for refugees around the world who have lost touch with their families, women migrants face a distinct problem in the labor market today in Brazil. The prejudice for Colombian women migrants is pernicious and twofold.

“The refugee woman is a survivor,” says Aparicio. “She has a huge desire to integrate into a new country so she can take care of her family.”

“We have to see if they are in condition to look for work, and this can hold back the search,” says Cristina Morelli, Coordinator at Cáritas São Paulo, a Catholic organization in São Paulo, that is part of the larger organization Cáritas Internationalis, which has current outreach programs in 200 different countries in the seven global regions.

Cáritas is one of six civil organizations that has partnered closely with UNHCR – United Nations Refugee Agency in Brazil. One program called CEAT, translated literally to mean ‘Worker’s Job Centers’, helps refugees look for work. But for Marcelo Haydu, Executive Director of Adus, this is not enough for refugees who are “competing with Brazilians” for jobs.

“That’s why we go personally to the companies to explain the refugees’ situation,” said Haydu. “For women it can be harder as many come from

countries where they are not allowed to work...," he added.

Recently launching a 2012 database that highlights the work experience and resumes of numerous migrants who have received refugee status in Brazil, the UNHCR in São Paulo along with local partners, are hoping that this database will be used by companies around Brazil. Some refugees have already been offered work, but the program may not be helping migrants who are waiting to get refugee status.

Luis Fernando Godinho, spokesperson for UNCHR Brazil, believes there is a huge lack of information in the labour market about refugees in Brazil. Discrimination against migrants is common. "The

word 'refugee' to the Portuguese [in Brazil] means 'unhappy'," outlined Godinho.

Employment is just one of the many issues that 4,477 refugees, 25 percent of them women living today in Brazil, face.

Research by Cáritas in São Paulo shows that lack of permanent housing, good health, or knowledge of Brazil's native language are some of the main obstacles facing many African and Latin American migrant women entering the region. They also often suffer under discrimination, based on lack of steady past employment and education.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/637-colombian-women-migrants-say-life-is-not-so-easy-in-brazil> - 13.12.12

Internal displacement: The feminisation of a world-wide crisis

From guiding principles to humanitarian laws, women continue to be impacted by internal displacement in the Americas.

Janvieve Williams Comrie

This year marks the 15th anniversary of the United Nations Guiding Principles on Internal Displacement. The "Guiding Principles" are not legally binding but serve as an instrument that states, grassroots organisations and individuals use to inform the human rights that internally displaced people are entitled to, as well as the humanitarian laws that are relevant from legally binding conventions that their states have signed and ratified.

Internally displaced persons are defined as "persons or groups of persons who have been forced or obliged to flee or to leave their homes or places of habitual residence, in particular as a result of or in order to avoid the effects of armed conflict, situations of generalised violence, violations of human rights or natural or human-made disasters, and who have not crossed an internationally recognised State border." (Guiding Principles on Internal Displacement, Introduction, paragraph 2).

According to the latest global study done by the Internal Displacement Monitoring Centre in 2011, there is an estimated 26.4 million people that are internally displaced. However, what this number does not reveal is the extent to which women and children are the overwhelming victims of internal displacement. Why? It is estimated that about 80 percent of displaced populations consist of women and children. Natural disasters and armed conflict usually occur in rural, low income, institutionally abandoned and hard to reach communities. These

communities very often are comprised of women that work in a local and informal economy, and are single head of households (due to several factors, including forced disappearances, homicides, and/or male migration to other communities or countries for economic and/or safety reasons). For these and other reasons, internal displacement continues to disproportionately result in women becoming displaced, followed by gender-based violence that more than usually occurs in times of displacement.

While it has been documented that anyone who is displaced can experience trafficking, kidnapping, homicides, detentions, forced recruitment and even slavery, women are subjected to massive gender-specific violations in the form of sexual violence such as rape, forced impregnation, forced abortions, trafficking and forced prostitution. The disproportionate numbers of women who are internally displaced and the lack of an institutional mechanism in place to provide protection to the special needs of women who become displaced have feminised this phenomenon in unique ways. This is especially true for the Americas, where displacement and its gender component intersect with race and ethnicity.

Women and internal displacement in the Americas

Internal displacement in the context of the American continent is something that has not gotten the attention that it demands, either from the mainstream or progressive independent media at the global and regional level. But internal

displacement is a crisis that impacts significant numbers of people in the Americas and disproportionately affects Afro-descendant women because of several socioeconomic and political factors, including the geographical location of where natural disasters and armed conflict occur. This results in Afro descendant women being exposed to two distinct forms of historical discrimination - race and gender - which make them doubly vulnerable to abuse and mistreatment by governmental institutions, and armed groups in all facets of internal displacement - from evacuation, relocation and the security of their right to return.

For example, when we look at internal displacement in the Americas, we include the United States, where it is estimated that the number of African-Americans who were displaced by the effects of Hurricane Katrina in 2005 are as high as 1-1.5 million. A disproportionate number of those displaced were women and children. Despite the clear applicability of the Guiding Principles to Katrina, the principles were ignored by the US government. Instead, federal legislation (Robert T Stafford Disaster Relief and Emergency Assistance Act - Stafford Act) was enacted to deal with the crisis. Yet many provisions of the Stafford Act run counter to the guiding principles. Parallel to that, the number of internally displaced people that remain displaced over time is unknown because the US government does not track or monitor people who've been displaced longer than 18 months.

As of December 2012, in Haiti alone, over 357,000 people [PDF] remain in camps or camp-like situations due to the multiple hurricane devastations in the country. With the economic, social and political crisis that Haiti has been facing since the earthquake in 2010, women and girls that have been displaced into camps have been literally left to fend for their own security, which has led to an increase of gender-based crimes that a fragmented judicial system simply does not deal with effectively.

London's new female immigrants 'inspired' to lead

A new project in east London is training newly arrived migrant women to become leaders and mentors in their community.

The 'Lead to Inspire' project, run by The Arbour charity in Tower Hamlets, gives the women intensive training over six months at the end of which they have to organise a community event.

In Colombia, race, armed conflict and flawed politics has caused a mass internal displacement crisis reaching numbers higher than five million [PDF]. Colombia has the fifth largest number of internally displaced people (preceded by Iraq, Somalia, Sudan and Democratic Republic of the Congo). The Rapporteur on the rights of women from the Inter American Commission on Human Rights (IACHR), in a visit in 2005, cites in her country visit report testimony submitted to her:

We women have been trampled over in our territory and anywhere by the different groups, the legal and illegal armed groups, who kidnap us, kill, rape and humiliate us... leaving as a consequence of these actions the deterioration of the social fabric around us. Therefore, there is no doubt that the armed conflict has harmed black women's feelings, their ancestral legitimacy, their creativity to form and generate life, their cultural identity and their love for their territory.

Where we are today

Despite the fact that several governments have recognised the Guiding Principles on Internal Displacement, only 16 states in the world have created laws, policies, frameworks and protocols specifically around internal displacement into their legislation. In the Americas, only Colombia and Peru have done so, but despite that, general knowledge, implementation and monitoring of these policies are very sketchy, and do not include explicit protections for women and girls in these situations.

Lack of service provision, institutional racism and acts of violence at any level that occurs at the hands of natural or human-made disasters, are also a reflection of structural and institutional breakdowns in states governments. More than often these institutions do not prioritise nor take the well-being and the security of women seriously as they face the vulnerabilities described above.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/927-internal-displacement-the-feminisation-of-a-world-wide-crisis> - 18.03.2013

The women taking part moved to the UK to be with their husbands, largely from Bangladesh, but the aim is to help them become more than housewives.

They told BBC Asian Network's Catrin Nye about their journey from new migrant to future leader.

Amal Farah, 28, from Somalia

"I arrived in the UK last year to live with my husband. When I came for the first time I felt nervous, very cold and isolated. I had his family here but they all had jobs and were very busy so the first three months here were really very hard.

"The hardest thing, to be honest, was shopping - in my country as a woman you can pay someone to help you but here, well, you have to do everything yourself.

"I miss a lot about Somalia - my family and friends, the weather, the sea, everything. I used to learn English but this leadership course is great for women because you can get more skills than just English; IT skills, confidence and I think it's making us tough women!

"First when I came to do this course I couldn't speak in front of two people, now I could speak in front of a million. Women already lead the house, our husbands, our kids; we are leaders anyway so we need to tell people that."

Farhana Basith, 29, from Bangladesh

"When I came here I was very nervous and uncomfortable, I lacked confidence but it's much better now - I like life here.

"The rules here are what I like best and I feel like women can do anything here; education, jobs, English classes, anything.

"The leadership programme gives you power, you can lead in your family, in your community. You get confidence, you learn a lot. You have to go outside and communicate with people, have to learn IT skills and it means you gain confidence.

"We need to give migrant women the opportunities to use their brain, to use their experience, to be on things like the council."

Kabita Fazal, 24, from Bangladesh

"I was doing my degree in Bangladesh but in the second year I got married and moved here to be with my husband, he's a secondary school teacher here.

"When I arrived I was so scared and I was bored - it's just me and my husband at home and he was out at work all day. It was through a childhood friend that I found out about all the courses on offer. I like it here now - the Underground even and everyone obeys the law.

"There are so many courses to do - when I first got here I knew nothing about the culture, the community here, but I started an English course and I've done voluntary work in a cafe.

"I'm now doing the leadership course - we do trips to farms, to Parliament, I've learnt so much."

Yasmin Khan, 20, from Bangladesh

"When I arrived here at first I thought it was too difficult, my English was bad and I felt like I couldn't live here, but once I had English lessons I built confidence and now everything feels easy.

"I didn't know how to use buses, trains - now I can use them confidently. I like living in the UK because I like the law here, they maintain discipline.

"In Bangladesh there is a lot of corruption and though there are rules and laws people don't obey them.

"My plan in the future is to be a good leader - I think we need more strong Bangladeshi women in this area, in this community."

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/618-london-s-new-female-immigrants-inspired-to-lead> - 10.12.12

Do Women Have More to Lose If Immigration Reform Dies?

by Von Diaz

For 10 years Juanita Flores struggled to find her way out of an abusive marriage. She was undocumented, had two small children, no opportunities for legal employment, and lived in constant fear of her husband's physical, sexual and emotional abuse. Five years ago, the last time she saw him, he put her in the hospital with a skull fracture. The next day she left Dallas. But it was only this year that she was able to get a special visa that could help her remain in the U.S.

Flores, who declined to give her real name for fear her husband would continue to threaten her family, is one of thousands of immigrant women who live in the U.S. in dangerous situations because of a lack of protections that address violence against women.

The Senate-backed immigration bill currently being considered by Congress and the newly introduced bill both include provisions that address the unique needs of women and families.

Studies show that immigrant women experience higher rates of gender-based violence than those born in the U.S. Statistics are hard to come by because undocumented women often live in the shadows. According to the advocacy organization Breakthrough, immigrant women are three to six times more likely to experience domestic violence than U.S.-born women. Between 34 to 49 percent of non-citizen women experience domestic violence in their lives, which increases to 60 percent for those who are married and to 77 percent for those who are dependent on spouses for immigration status.

Pramila Jayapal, is the co-chair of the We Belong Together campaign, which recently organized a Washington D.C. demonstration where more than 100 women were arrested. She has been critical of immigration reform efforts in the past because she says they don't adequately address the needs of women.

"Fifty one percent of immigrants to the U.S. are women, and three quarters are women and children," she says. "And the immigration debate for so long has not been defined as an issue of women and children. You see a lot of mainstream images of immigrants as men scaling a border wall, which is such a tiny percent of how people actually get here. We want to make sure people know what this debate is really about."

Although she sees the immigration debate as male-centered, Jayapal also sees many of the provisions included as major steps towards creating pathways to citizenship for women who are vulnerable to domestic and sexual violence, workplace abuses, human trafficking and separation from their families. And despite the slim chances of immigration reform passing in the midst of a government shutdown and explicit resistance from Republican members of Congress, she remains optimistic.

"This isn't the time to sit back and wring our hands and say we can't get this done. We owe it to the millions of people who are going to continue to be manipulated, abused, exploited, living in the shadows, who are not part of our democracy and not part of our society," she says.

Maria Hernández is one of those people who was once living in the shadows. She was among the women arrested at the We Belong Together demonstration, and is an undocumented immigrant from Mexico and survivor of domestic violence. She came to the U.S. from Mexico City by crossing the border when she was 17 years old looking for work and a better life. She came with a cousin who was around her same age and soon after met her husband. The trouble began after she got pregnant.

"He forced me to have an abortion," she says in Spanish. "It was even worse for me because I grew up Catholic and knew I had committed one of the worst sins. It was terrible. I didn't have anyone to talk to about it."

Hernández endured 15 years with her husband, during which time he continued to be abusive, often in front of their children.

She says she knew she was risking deportation by participating in the demonstration, and had prepared her three daughters in San Francisco for the possibility she might not be coming home. But she said she felt compelled to take the risk in honor of women like her who struggled to escape their abusive spouses because of their immigration status.

"It's my passion," she says. "It's important that women immigrants are seen and heard. We are a huge part of this country, and we support this country."

The Senate-backed comprehensive immigration reform bill includes certain provisions to address situations like the ones Hernández and Flores faced. Among them is an increase in the number of U visas granted each year, which are visas reserved for those who have been victims of crimes in the U.S. and are willing to cooperate with law enforcement. Nearly all of the qualifying crimes for U visas go fall under the categories of domestic and sexual violence and abduction. Each fiscal year, the government issues 10,000 U visas.

Lisa Koop, Associate Director of Legal Services for the National Immigrant Justice Center, says the government has reached the cap on U Visas for three consecutive years, and she believes these visas only reach a fraction of abused immigrant women. "We haven't seen any reduction in the numbers of survivors of domestic violence," Koop says. "We can't accept or place every case. There's a huge need, and it's something that I don't think is going away any time soon."

She also says a number of factors lead to non-citizen women being particularly at risk for domestic violence. Abusive partners often threaten to withdraw their sponsorship petition or claim their marriage is a fraud, or to call the police and have the woman deported.

"Undocumented women are often terrified of law enforcement, and usually very reluctant to call police or report domestic violence. And if they have children they are particularly afraid of getting deported," she says.

And Koop says there are cultural factors at play, and many women come to the U.S. from countries

that tolerate or outright condone violence against women. Combined with being unable to find stable employment, all of these factors limit the amount of control immigrant women can have over their circumstances.

Should the immigration reform pass this year, the number of U visas would double to 20,000, potentially offering twice as many women the opportunity to leave an abusive situation. The qualifications for receiving a U visa would also be expanded to those who've experienced workplace abuses.

Juanita Flores was granted a U visa in January, and thanks to that visa she can now receive work authorization, and she has a path to citizenship that will prevent her from being deported and separated from her three children, all of whom are U.S. citizens.

"My [U visa] was a blessing. If I would have been sent back to Mexico I would probably be dead. My ex-husband is there now."

But U visas can't be the only solution, particularly since they require immigrant women to work directly with law enforcement, which some are reluctant to do. And Koop says some police officers have refused to sign an official U visa certification and have given only limp excuses for not cooperating.

Other provisions in the Senate-backed immigration reform bill would give women the opportunity to gain some financial stability by providing a work visa for those who qualify under VAWA or for a U or T visa, and would make immigrant women eligible for certain assisted and public housing, both of

which could make it easier for women to escape abusive spouses.

U visas, employment authorization, and public housing provisions in immigration reform would benefit more than just undocumented immigrant women. Seventy percent of women who enter the U.S. with legal status come through family sponsorship, and some come as a spouse to a legal permanent resident or person with a non-immigrant visa, such as an education visa. And during the long wait for official status to come through they are bound to their sponsor, and in many cases either ineligible or required to wait several years for work authorization, thereby making them subject to the same vulnerabilities as undocumented immigrants.

Grace Huang, the Public Policy Director for the Washington State Coalition Against Violence, agrees that the bill has some exciting things in it, but that immigration isn't the only way to create systems to help women who've experienced domestic violence.

"We have multiple strategies happening simultaneously, including extensive administrative advocacy," she says. "We are trying to include these pieces in the comprehensive bill, but if it doesn't pass, we will try via other vehicles."

But, she added that with so much effort going into pushing for provisions in the Senate-backed immigration bill, it would be the most effective way to make things happen. "There are some things that have to be done in legislation," she says.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1836-do-women-have-more-to-lose-if-immigration-reform-dies> - 14.10.2013

Women Immigrants Face Higher Hurdles to College Success

Lourdes Alarcón is what higher-education experts call a "non-traditional student." In other words, she isn't a young person who went straight to college after high school. Originally from Bolivia, she is a thirty-something mom raising two kids -- a 7-year-old boy and a 5-year-old girl -- on her own. And by the end of 2013, after four years of personal sacrifice and hard work at San Francisco State University (SFSU), she'll also be a college graduate.

Alarcón's success was spurred by disappointment. Five years ago, she lost her job as assistant to the principal of an elementary school in San Francisco, and subsequently had difficulty finding a job that would pay her enough to support a family in one of the country's most expensive areas to live.

"My options were to [either] go to college, or take any job," said Alarcón. "I preferred to study to get ahead and provide a better future for my kids. My dream has always been to be a teacher."

Childcare often the greatest obstacle

Non-traditional students, especially single working mothers like Alarcón, face a number of unique barriers in their quest to become professionals, none larger than childcare. In Alarcón's case, taking advantage of the daycare program at SFSU wasn't an immediate option, due to a massive waiting list -- as of July 2013, there were about 200 families on the waiting list for SFSU daycare, according to Erica Almaguer, one of the coordinators of the university's Early Childhood Education Center.

“Colleges are designed for young people without kids,” said Alarcón. “That’s why there often isn’t enough support for parents.”

Typically, four-year universities are designed for young students who have recently graduated from high school, and have more economic opportunities than “non-traditional” students, agreed Jeanne Batalova, an analyst at the Migration Policy Institute (MPI). Community colleges, she said, often make a greater effort to provide services that support low-income students and students with children.

Advocates say there are several things that universities could do to better support their “non-traditional” students. Those include access to transportation, flexible class schedules and childcare.

Unable to pay for private care, and too far down on the wait list for SFSU’s daycare program, Alarcón was forced to find solutions within her personal network. Three people, including her father, care for the kids while she goes to school. That means several hours a day spent transporting the children from one place to another, a job that made more difficult by the fact that Alarcón relies on San Francisco’s public transportation system.

“I [can] drive but I don’t have a car, because finding parking is almost impossible and is really expensive here,” said Alarcón.

Government programs can’t meet demand

Nationwide, the average cost of fulltime daycare for a baby in 2011 ranged anywhere from \$4,600 to \$15,000 per year, depending on the state; and from \$3,900 to \$11,700 for a four-year-old, according to a report released in 2012 by the non-profit group Child Care Aware.

When those costs become prohibitive for lower-income families, one option is to turn to government programs. But even then, demand is often greater than the supply.

“There are thousands of families eligible for subsidized childcare that aren’t getting it,” said Nancy Remley, policy administrator at the California Department of Education’s Child Development Division. “Now we have no idea how many families are on the waiting list. A few years ago, we had a centralized list for each county and there was a total of 200,000 children on the list.”

California isn’t the only state where families struggle to get subsidized childcare. The federal government allocates \$5 billion per year to fund childcare and development programs, in addition to state subsidies that vary in amount. Today, about

1.6 million children benefit from federal childcare subsidies, but it’s not enough, according Helen Blank, director of childcare and early learning at the National Women’s Law Center, who calls the government’s inability to meet the childcare needs of families “outrageous.”

In addition to the lack of adequate childcare, many mothers find the process of applying for and keeping childcare subsidies difficult and confusing. That was true for Jennifer Maldonado, who began her studies in public policy this fall at Mills College in Oakland. After spending two years on the waiting list to get childcare subsidies, she was told that her family was disqualified because her husband is studying to get a master’s degree.

“I don’t understand why they denied us help. On the one hand the government wants people to get ahead so they will no longer need financial aid. But on the other hand, they are holding us back if they don’t help us,” said Maldonado, who was born in Nicaragua but has lived in the United States since she was little. She is now the mother of two daughters, a 4-year-old and a 2-year-old.

Alarcón from SFSU, who does receive the childcare subsidy, says it would have been impossible to continue her education without it.

Financial aid and scholarships

Scholarships can offer a pathway for non-traditional students with low incomes to earn a college degree, but many aren’t aware those opportunities exist.

“The problem isn’t that there aren’t scholarships available. What’s really happening is that a lot of times, Latino families don’t know they exist or how to find them. And some of them think they are no longer available because of the economic crisis,” said Olga Talamante, executive director of Chicana Latina Foundation, a non-profit organization in Burlingame that provides scholarships to Latina students.

Closing the achievement gap

Richard Fry, an economist at the Pew Research Center, said he has seen progress when it comes to the education of Latinos over the last 30 years, but there is still a sizeable achievement gap between Latinos, and non-Hispanic whites and Asian Americans in education.

“The real prize for Latino students would be graduating from college,” said Fry. He pointed out that about 29 percent of Latinos between 20 and 30 years old have not finished high school. And close to 90 percent of Latinos in the same age bracket

don't have a college diploma . "It's something really troubling," he said.

According to Fry, in recent years, non-profits, policy experts and academics focusing on the Latino population have identified two things they think could raise educational attainment among Latinos:

First, more information about how college works, and its importance: "A lot of immigrants don't know the educational system, and so they can't help their kids when they go off to college. And that puts those students at an academic disadvantage compared with other groups of students."

Second, increased access to early childhood development programs.

An initiative that could benefit mothers

President Obama's budget proposal for fiscal year 2014 includes an initiative that would invest \$75 billion over the next 10 years to expand public preschool programs for 4-year-olds.

Blank, of the National Women's Law Center, acknowledged that the president's initiative is "a good step but it doesn't solve the needs of all moms." That's because there are a lot of families that need childcare for babies and toddlers under the age of four. Only \$1 billion of the president's proposed budget would be allocated for that population. The proposal has not yet been approved by Congress.

Initiatives launched by mothers

Mary Ignatius, coordinator of Parent Voices in California, pointed out that immigrant mothers are often left to devise their own solutions to the challenges they face as college students. In 2007, for example, a group of mothers, including some from Parent Voices, fought to create a parent resource center at Mills College after a student, Maricruz Alvarado, founded a club for moms and discovered there were a number of other students like herself who needed a shared space for their families on campus.

"At Mills they had study halls for different kinds of students, but not for parents. So for more than a year we fought to get them to recognize us and give us a place where we could bring our kids while we were studying or doing homework," said Yen Do, one of the founders of Mills Parenting Lounge.

In 2012, another group of moms from Parent Voices in Sonoma met to talk about how much stress they were under as a result of final exams.

"The moms decided to meet at a park on the weekends and share childcare duties. One group cared for the kids while the others studied, and vice versa," said Ignatius.

Meanwhile, the latest trend in child care are co-ops -- schools and daycare centers funded by the parents themselves, according to Twiggy Dany, who has worked with groups of parents in different non-profit organizations around the Bay Area. "Parents take turns and volunteer a certain number of hours. These programs have become a much more economical option than daycare centers or private schools."

Motivated by family and need

The primary motivation for going to college that was expressed by the mothers interviewed for this report was their children – the desire to be role models and provide them a better future.

Wendy Monroy Gómez, who lives in Sacramento, took a two-year nursing assistant course but now wants to go to college to get certified as a midwife and nurse. "I do it for my kids, but also for myself, because I want to be better educated. I don't want 40 or 50 years to go by and be stuck doing the same thing," explained the 27-year-old Mexican mother who has lived in the United States since she was a child.

Economic need is also a major factor. Ignatius from Parent Voices said the economic crisis that hit the United States in 2008 prompted a number of parents in her organization to go back to school. "When they found themselves unemployed, they decided to enroll in college so they could succeed in an increasingly competitive job market."

According to the Department of Labor, unemployment among U.S. Hispanics reached 9.4 percent in July 2013 (nearly double the Hispanic unemployment rate in 2006, which was 4.7 percent). That translates to 2,366,000 Latinos who are out of work. The national average for unemployment is around 7.4 percent.

The desire for self-improvement and the importance Latino families place on education, according to the Pew Research Center, is another factor that motivates Latinos to go to college. A 2009 Pew survey found that 88 percent of Latinos over 16 thought that, in order to get ahead in this country, they needed a college degree.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1824-women-immigrants-face-higher-hurdles-to-college-success> - 14.10.2013

U.S. Finally Passes Stronger Protections for Women against Abuse

The U.S. House of Representatives on Thursday ended more than a year of stonewalling a piece of legislation that for two decades has offered legal protections for women against sexual violence, harassment and abuse.

The move will close gaps in related funding and safeguards that have opened since the legislation, known as the Violence Against Women Act (VAWA), lapsed in September 2011. It will also offer renewed protections for Native American women and immigrants, regardless of their legal status, and, for the first time, will extend similar guarantees to sexual minorities.

“Today’s victory marks a rare occasion when Republicans and Democrats came together to ensure explicit protections in the federal code for ‘sexual orientation’ and ‘gender identity,’” the Human Rights Campaign, an advocacy group here, said Thursday. “It is also the first time that any federal non-discrimination provisions include the LGBT community.”

The Democratic-held Senate had previously passed a well-received version of the bill, prompting some 1,300 advocacy and professional groups in mid-February to call for its passage. But inaction on the part of House Republicans has continued to stymie movement.

Finally, a last-minute attempt by House Republicans to offer up a weaker alternative failed Thursday morning, and the chastened Republican leadership allowed a straight vote on the Senate version. That resulted in a 286-138 vote that included 87 Republicans supporting the measure, which will now be sent to President Barack Obama for authorisation.

“Over more than two decades, this law has saved countless lives and transformed the way we treat victims of abuse,” President Obama said Thursday, lauding the vote. “Renewing this bill is an important step towards making sure no one in America is forced to live in fear.”

Advocates from across civil society have praised both the passage of the bill and its strengthened form.

“This has been a very difficult process, but we’re glad that in the end all victims were protected and no groups were left out,” Mony Ruiz-Velasco, legal director for the National Immigrant Justice Center, told IPS.

“One of the most important points from our perspective is that the new bill clarifies provisions in

the law that will allow children of victims of crimes to apply for visas to remain with their families. It also extends the application of the Prison Rape Elimination Act to immigration detention facilities.”

Immigrant women have historically experienced relatively higher levels of domestic abuse but have had fewer mechanisms for judicial recourse, particularly if they were in the United States illegally.

Potentially an even more egregious situation has afflicted Native American women, who have long had no way to seek justice if they were sexually assaulted on tribal land by a non-tribal assailant. While most civil laws on Native American lands are enforced by tribal judicial systems, these courts have never had jurisdiction to prosecute non-tribal members.

Nonetheless, according to statistics provided by Amnesty International, a watchdog group, a third of Native American women will be raped in their lifetimes, and 86 percent of the time the assailant will be a non-Native American man.

“Today the drum of justice beats loud in Indian Country in celebration of the re-authorisation of VAWA,” Juana Majel Dixon, first vice-president of the National Congress of American Indians, said Thursday.

But, she added, “500-plus days is too long to not have a bill for all women in America. For an unimaginable length of time, those who have terrorised our women...have gone unprosecuted.”

Targeting the most vulnerable

Lawmakers originally passed VAWA, widely considered a landmark piece of legislation, in 1994, requiring its re-authorisation every five years. And in past years, the law has always received broad, near unanimous, bipartisan support.

By contrast, the past year of intense politicisation on the issue has been blamed on a new crop of hardline conservatives, who expressed reservations over the expansion of legal protections to include undocumented immigrants and sexual minorities. Many were also sceptical of the new powers vested in tribal authorities

On Thursday, the House Republicans’ alternative VAWA bill would have stripped out language on sexual minorities while weakening the provisions on Native American women. These measures also reportedly held up further movement last year.

“The politicisation of this re-authorisation is, plain and simple, part of the war on women,” Lisa Brush, an associate professor of sociology at the University of Pittsburgh, told IPS.

“The Republican objections were clearly part of an attempt to strip away the things that have made VAWA more inclusive and less racist. These groups, together with LGBTQ people, are among the most vulnerable to gender-based violence, and the Republicans’ political stance is basically saying the law-and-order state is not going to protect them.”

Brush, the author of a book called “Poverty, Battered Women, and Work in U.S. Public Policy”, suggests that the fight against VAWA is indicative of a broader attempt on the part of Republicans to strengthen the “police state” while gutting the

“welfare state”. Yet she also implies that VAWA too plays into this dynamic.

“What would really help reduce violence against women would be to make sure that women have the capacity to form autonomous households, to control when and how many children they have and how they raise them, and to form and uniform relationships with whomever they want,” she says.

“For that, we would need equal pay for work of comparable value, and to completely change the way that we organise work, family and personal responsibility for earning and caring. That is what would really make a difference – not just better policing. But better policing is what we get.”

Fonte: <http://csem.org.br/csem/noticias/857-u-s-finally-passes-stronger-protections-for-women-against-abuse> - 01.03.201

ESPAÑOL

La difícil tarea de la reintegración laboral de migrantes salvadoreñas

Burocracia impide a las migrantes laborar en su país natal

Con formación académica, prefieren quedarse en EU

Marta Sigarán

A las salvadoreñas migrantes que regresan a su país natal tras largas estancias en el exterior, les resulta muy complicado reinsertarse laboralmente debido a las trabas burocráticas que les imponen las autoridades del país centroamericano.

Reina de Alvarado, investigadora de la Universidad Don Bosco en El Salvador, explicó que uno de los principales obstáculos que la comunidad salvadoreña en el extranjero afronta es la difícil reinsertación a la vida profesional en la nación centroamericana.

Y es que –abundó la académica– El Salvador carece de sistemas que permitan una verdadera reintegración laboral de las y los salvadoreños migrantes, a pesar de su preparación y currículos profesionales.

De Alvarado advirtió que la reinsertación se vuelve casi imposible por los altos procesos burocráticos que presenta el gobierno para acceder a un empleo, dejando como única opción a las y los profesionales trabajar en el ámbito académico, donde la remuneración es muy poca en comparación con lo que ganarían en los países a los que emigraron. Por ello, las y los salvadoreños

con estudios profesionales no quieren regresar a su tierra natal.

Según el Ministerio de Relaciones Exteriores de El Salvador, cerca de 2.7 millones de personas de origen salvadoreño viven en el exterior. Es decir, uno de cuatro salvadoreñas y salvadoreños vive fuera de su país de origen.

Volver...¿para qué?

Elena Soto, de 56 años de edad, viajó a Estados Unidos hace 30 en busca de un mejor futuro para su familia. Veinte años más tarde regresó a El Salvador pero se topó con la difícil tarea de reinsertarse laboralmente.

Elena llegó a EU cuando tenía 26 años y comenzó a estudiar enfermería. Se graduó cuatro años más tarde y consiguió empleo en un hospital del estado de Maryland.

Tras conseguir la ciudadanía estadounidense, pidió a su madre y dos de sus hermanos menores que fueran a vivir con ella. Además de extrañar a su familia, Elena dice que nunca logró acostumbrarse al estilo de vida en EU.

A los 46 años de edad, Elena regresó a El Salvador con un título académico de enfermera y mucha experiencia laboral, pero le fue prácticamente imposible encontrar trabajo debido a su edad y su falta de referencias profesionales locales, expresa.

Después de meses de búsqueda, consiguió empleo como maestra en una escuela profesional de enfermería, pero ganando la cuarta parte de su ingreso en EU, por lo que al año decidió regresar a Maryland y desechar la idea de volver a vivir en El Salvador.

Las opciones

En noviembre de 2012, en el país centroamericano se puso en marcha el plan gubernamental "El Salvador Global", una iniciativa de instancias públicas y privadas para integrar a los talentos salvadoreños residentes en el exterior en una red de intercambios de conocimientos y generación de aprendizajes, en función del desarrollo de esta nación y su gente.

Dominicanas en Argentina, una inmigración vulnerable

A pesar de la lejanía geográfica entre ambos países, Argentina es un destino apetecido para muchos emigrantes de República Dominicana, en particular para mujeres, que corren el riesgo de quedar expuestas a redes de trata y explotación sexual.

Por Marcela Valente

La inmigración dominicana es mucho menos numerosa que la de paraguayos, bolivianos, peruanos y uruguayos, que constituyen 80 por ciento de los extranjeros radicados en el país desde 2004, pero sobresale por problemas específicos de inserción laboral.

Clarisa Rondó, de la Asociación de Dominicanos Residentes en Argentina, contó a IPS que las mujeres de su país llegan en busca de mejores horizontes laborales, pero debido a dificultades de acceso al mercado muchas caen en redes de prostitución.

"Argentina es un país que nos acoge, nos hace sentir que damos un paso adelante. Es grande, generoso, que ofrece posibilidades", aseguró. Rondó llegó sola con 21 años en 1994, luego se casó, tuvo hijos, se divorció y estudió un profesorado en artes.

"Siempre han venido más mujeres que varones, porque al hombre le cuesta más insertarse", explicó, para luego aclarar que a las mujeres también les resulta difícil, pero "se meten en la prostitución", admitió con pena.

Elizabeth Araniva, presidenta de "Salvadoreños en el mundo", organización civil que busca fomentar los vínculos entre residentes en el país y la población migrante en el extranjero, destacó la importancia de este tipo de iniciativas.

A decir de la activista, la comunidad salvadoreña está a la espera de las acciones concretas del gobierno para echar a andar el plan y coordinar a las y los compatriotas que viven fuera del país con las necesidades de la ciudadanía salvadoreña, a fin de que las y los migrantes puedan regresar.

Ya retirada y con una pensión, Elena Soto decidió regresar a El Salvador y vivir en Aguilares, su pueblo natal. Parte de su familia se quedó en EU, pero ella no oculta su alegría por haber vuelto a su país. Ahora ella trabaja con las comunidades de su entorno y da charlas a niñas y adolescentes sobre educación sexual y contra la violencia.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/687-la-dificil-tarea-de-la-reintegracion-laboral-de-migrantes-salvadorenas> - 18.01.2013

"Hay muchas que son analfabetas, no consiguen trabajo y no les queda otra, se meten en ese circuito", dijo.

La presencia de dominicanas en Argentina se hace visible cuando la policía allana sitios en los que se ejerce la prostitución en Buenos Aires o en provincias como Córdoba, Misiones, La Pampa, Tierra del Fuego, Rio Negro o San Luis.

Si bien no hay estadísticas oficiales, Rondo estimó que hay unos 40.000 dominicanos y dominicanas viviendo en Argentina, 15.000 de los cuales lo hacen en la ciudad de Buenos Aires.

La socióloga Lucía Núñez, de la estatal Universidad Nacional de San Martín, explicó a IPS que, tradicionalmente, los dominicanos emigraban a Estados Unidos o a España, pero a mediados de los años 90 comenzaron a llegar a Argentina.

La paridad del valor del peso argentino con el dólar, fijado en esa década por ley, fomentó el ingreso de inmigrantes del resto de América Latina, que aprovechaban ese tipo de cambio para enviar importantes remesas de dinero a sus países de origen, recordó.

Esa fue una de las principales razones de esa oleada migratoria, unida al idioma común y a la demanda argentina en el área de servicios de baja calificación, como empleos domésticos, peluquerías, restaurantes y el cuidado de niños, niñas y ancianos, precisó.

Una investigación realizada por el Servicio Ecuménico de Orientación y Apoyo a Migrantes y Refugiados, más conocido como CAREF, fueron miles los que ingresaron en aquella década.

Publicado por la Organización Internacional para las Migraciones, el estudio titulado "Migración, prostitución y trata de mujeres dominicanas en Argentina" sostiene que entre 1995 y 2002 se radicaron entre 12.000 y 15.000 inmigrantes de ese país.

En los últimos años, a pesar de que ya el tipo de cambio no resulta un atractivo, esta población sigue llegando. "Tenemos muchos años viniendo y algunas consiguen aquí tener un posicionamiento", afirmó Rondo.

La activista explicó que, en algunos casos, las mujeres hipotecan sus casas para viajar tras la promesa de conseguir un empleo en el servicio doméstico, pero son captadas por redes de trata de personas y explotación sexual.

Al llegar a Argentina, el acceso al empleo se complica, comienzan a contraer deudas con quienes les financiaron parte del viaje y terminan cayendo en la prostitución o en la trata, señaló Rondo.

Núñez coincide. "Llegan a Argentina con promesas laborales que no resultan ser las esperadas, con la esperanza de alcanzar una inserción laboral que les permita mejores condiciones de vida que las que tienen en su país", remarcó.

Una vez aquí "se les dificulta conseguir otro tipo de inserción laboral fuerte", señaló la socióloga, autora de "Construyendo mapas: Cuerpos femeninos, espacio y jerarquización racial en la práctica de la prostitución en la Ciudad de Buenos Aires".

Sostuvo, además, que las mujeres al emigrar saben que la prostitución es una de las posibilidades por experiencias que ya conocen, pero "muchas piensan que no será su caso".

Núñez estudió la vinculación entre la prostitución callejera y la inmigración femenina en la ciudad, y se centró en las dominicanas, que tienen gran visibilidad por ser afrodescendientes en un país de mayoría blanca o mestiza.

En su interpretación, existe una imagen sobre el cuerpo de la mujer afrodescendiente como hipersexualizada, en contraposición a la mujer blanca o indígena, y eso las hace aún más vulnerables.

"Por ahí a ellos les gustan (las mujeres dominicanas) porque nosotras tenemos los pechos grandes", especula una mujer de esa nacionalidad en situación de prostitución en Buenos Aires, entrevistada por Núñez para su investigación.

"Mi mamá no quería que viniera para acá", confiesa otra que también ofrece su cuerpo en la calle en entrevista con la investigadora. "Me decía a lo que venían las mujeres para acá y yo no le creía".

Frente a este fenómeno, el gobierno argentino comenzó a exigir visa a los inmigrantes dominicanos a partir de agosto de 2012, y facilitó los trámites de residencia permanente para aquellos que ya se encontraban en el país.

Rondo cree que la visa no es una solución. Lo mismo piensan en el CAREF, adonde IPS consultó a Gabriela Liguori, y en la embajada de República Dominicana en Buenos Aires. Todos afirman que la exigencia no frenará el problema.

"Esto empeora las cosas, porque va a ser difícil, pero van a buscar otros medios de entrada por tierra, en forma ilegal, y después van a quedar menos protegidas y más expuestas al negocio de la trata", advirtió la activista.

En cambio, sí creen que es una buena idea facilitar los trámites de regularización de los que entraron como turistas y hoy están ilegales, porque les permite obtener una residencia precaria –por tres años– con la que pueden trabajar.

El programa tiene asistencia del consulado dominicano, del ministerio de Relaciones Exteriores de Argentina y de la Oficina de Rescate y Acompañamiento de las Personas Damnificadas por el Delito de Trata, del ministerio de Justicia.

El régimen de regularización se lanzó en enero y se prolongará hasta julio. En marzo se habían otorgado ya 631 residencias precarias, según informa la Dirección Nacional de Migraciones en su página de Internet.

"Mi idea es que la gente que venga pueda regularizar su situación, estudiar o trabajar porque si algunas vienen por la prostitución, que al menos tengan otras alternativas. Pero sin documentación, están obligadas a prostituirse", finalizó Rondo.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1136-dominicanas-en-argentina-una-inmigracion-vulnerable> - 06.05.2013

Paraguay: el 55% de las personas que migraron en los últimos 5 años son mujeres jóvenes

Bajo el título “En Paraguay se exporta carne, soja y jóvenes; peculiaridades de la migración internacional y tendencias recientes (2009-2011)”, la investigadora Claudina Zavattiero, analiza las características de la migración internacional y el envío de remesas al Paraguay.

Este documento fue elaborado como parte de las acciones del Programa Conjunto “Oportunidades para la Juventud, Empleo y Migración”, implementado por instituciones del Estado paraguayo, con la asistencia técnica de las agencias especializadas de Naciones Unidas y con el apoyo en terreno de la Agencia Española de Cooperación (Aecid). La investigación de Zavattiero constituye un aporte del Unfpa a este programa conjunto.

El estudio, explica Zavattiero, toma como fuente los datos de las Encuestas Permanentes de Hogares (EPH) de los años 2009, 2010 y 2011, producidas por la Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. Si bien esta herramienta profundiza el estudio de la migración en temas no captados por otras encuestas, no permite analizar dinámicas migratorias como la migración pendular o movilidad cotidiana, que consiste en el desplazamiento diario y regular desde el lugar en el que se vive hasta otro donde se trabaja o estudia. Tampoco ofrece datos sobre la migración estacional, que se refiere a los movimientos de población de carácter temporal y relacionado con actividades como cosechas agrícolas, construcciones, entre otras.

Principales hallazgos

Según la investigación, la emigración paraguaya de los últimos cinco años está representada por una mujer joven y proveniente del área rural, hecho que puede generar un gran impacto en la organización de las familias, pues generalmente son ellas las que se encargan del cuidado de los integrantes del hogar, debido a las escasas políticas de protección social. Otro dato importante es que 134.000 hogares, el 8% del total de los 1.615.309 hogares paraguayos, tiene a alguien residiendo en el exterior, y dicha salida se produjo en los últimos cinco años. En estos últimos 5 años, 180.000 connacionales salieron del Paraguay, lo que representa casi el 3% de la población paraguaya al 2011. De estas, 180.000 personas, el 55% son mujeres menores de 25 años. Un 62% son del área urbana y un 57% del área rural.

País de destino y sus implicancias

El principal destino de paraguayos y paraguayas es la Argentina. Aproximadamente 69% de quienes han emigrado optan por residir en el país vecino, mientras que el 23% eligió España. Menos del 10% de la migración paraguaya se da en Brasil, Estados Unidos y otros países. En el último quinquenio, el porcentaje de personas que migraron a España ha disminuido de un 24% (2007) a un 17,5% (2009), llegando a 14% en el 2010. Las fuertes limitaciones de entrada a las personas inmigrantes en varios países han sido uno de los factores de este descenso, lo que a su vez favoreció que Argentina vuelva a cobrar protagonismo como principal país de migración.

Un 80% de las personas que reside en Argentina proviene de áreas rurales y un 53% de zonas urbanas. Este hecho quizás esté asociado al nivel educativo, a las expectativas o a las posibilidades de costear un viaje de mayor distancia.

Características de las personas receptoras

Un 22% de las personas que reciben remesas vive en el departamento Central y un 15% en Itapúa. El 59% tiene edades comprendidas entre 20 y 59 años. Asimismo, 4 de cada 10 personas son adultas mayores. En este grupo de 60 y más años de edad, 641.492, que corresponden a un 9,4%, declaran tener ingresos por remesas.

Los receptores de remesas son mayormente varones, 53%, mientras que las mujeres alcanzan casi el 47%. Cabe señalar que esta tendencia es inversa a las de años anteriores, en los cuales la supremacía era femenina. Cerca del 63% están casados o unidos, y solo un 17,5% de personas receptoras son solteras.

El idioma hablado condiciona el uso que se hace de las remesas. En este sentido, además de la alimentación y vestimenta, alrededor del 20% de quienes hablan castellano las destinan a la educación de hijos e hijas u otros integrantes del hogar, ahorro, emprendimientos productivos, compra de bienes. De quienes hablan exclusivamente guaraní, un 60% de las personas beneficiarias, solo el 6% utiliza el dinero recibido para otros fines.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1244-paraguay-el-55-de-las-personas-que-migraron-en-los-ultimos-5-anos-son-mujeres-jovenes> - 28.05.2013

Optan mujeres migrantes por papeles falsos para llegar a EU

En su afán por llegar a Estados Unidos sin documentos de estancia legal y librar la violencia del crimen organizado que azota a la ruta migrante en la zona del Golfo de México, cada vez más mujeres optan por tomar otras rutas para entrar al país vecino o recurren a estrategias más “sofisticadas” para burlar a las autoridades migratorias.

Sin embargo, si bien ellas logran evadir las violaciones, secuestros y extorsiones comunes en la ruta del Golfo, al intentar cruzar por Baja California (BC) con papeles falsos tienen que erogar sumas más fuertes de dinero y afrontar el riesgo de ser condenadas a prisión o a ser deportadas y que se les castigue con la negativa – hasta de por vida– a entrar a EU, a menos que soliciten el “perdón”.

Lo anterior lo señaló María Dolores París Pombo, investigadora de El Colegio de la Frontera Norte (Colef), al abordar el tema “El cruce indocumentado de la frontera México-EU”, como parte del “Taller de especialización para periodistas sobre migración”, que se llevó a cabo en esta ciudad bajacaliforniana.

Explicó que las mujeres pagan costos muy elevados para arribar a EU con visas rentadas y transportarse en avión, autobuses foráneos o camiones de carga, y evitar así subirse al tren conocido como “La Bestia”, que parte de Chiapas y llega hasta Tamaulipas, y en el que las y los migrantes son secuestrados, extorsionados e incluso asesinados por integrantes del cártel de Los Zetas.

La experta abundó que debido a que las ciudades de Reynosa, Matamoros y Nuevo Laredo, las tres en Tamaulipas, son los principales lugares donde la población migrante pone en riesgo su vida, las mujeres procuran ya no cruzar hacia EU por la ruta del Golfo de México.

No obstante, María Dolores París aclaró que para las migrantes centroamericanas no hay una ruta opcional, ya que el tren de carga lo abordan desde la frontera sur colindante con Guatemala.

Es así que las migrantes que optan por la ruta del Pacífico –en su gran mayoría mexicanas– pagan en promedio 5 mil dólares (66 mil 500 pesos mexicanos) por rentar una visa original –en la que la foto de la dueña del documento se parezca al de la migrante–, para después cruzar a pie o en

automóvil por las garitas de BC, en lugar de intentar atravesar por el Río Bravo o el desierto.

La investigadora advirtió que aunque utilizar visas rentadas es la forma más segura que tienen las migrantes para cruzar a EU, ellas no están exentas de que las descubran las autoridades estadounidenses y les finquen cargos de falsificación o robo de documentos oficiales, por lo que podrían ser condenadas a prisión, además de la deportación.

Aunado a ello, el gobierno de EU las “castiga” con al menos 10 años de impedimento para entrar al país vecino por usar documentos robados o falsos, además de que en caso de reincidir las penas serán más severas, tanto penales como civiles.

En Tijuana, esta forma de cruzar la frontera tiene un costo que puede llegar hasta los 8 mil dólares (más de 106 mil pesos mexicanos).

Otra alternativa más riesgosa que tienen las migrantes es atravesar por el desierto y la montaña de La Rumorosa, donde las temperaturas ascienden hasta los 50 grados centígrados. En este caso ellas deben pagar a un “coyote” o “pollero” (traficante de personas) en promedio 3 mil dólares (40 mil pesos mexicanos), para el traslado.

Otra vía, detalló París Pombo, es llegar a EU en pequeñas lanchas por el Océano Pacífico, pero es la menos usual por el costo tan elevado, que va de 10 mil a 15 mil dólares (134 mil a 200 mil pesos mexicanos), y porque es tan poca gente la que utiliza esta ruta que no se conoce qué tan efectiva es ni los riesgos que implica.

Testimonios

En el Instituto Madre Assunta, albergue tijuaneño para mujeres y niñas migrantes, se encuentran Rosario y Lourdes a la espera de cruzar la frontera para reunificarse con sus hijos en EU. Ellas contaron sus historias a Cimacnoticias.

Ambas han intentando cruzar en diversas ocasiones por distintas rutas, porque por la vía del trámite legal ya agotaron todas las opciones.

Rosario tiene 55 años y es originaria de Guatemala. Fue deportada tras 29 años de trabajo en EU. Las primeras veces que intentó llegar al vecino del norte, Rosario transitó por la ruta del este por ser la más directa desde su país y porque es más económico subirse al tren, además de que a las centroamericanas las detectan más fácil en

los autobuses foráneos por el acento y los rasgos físicos.

La última vez que la mujer intentó cruzar por Nuevo Laredo, estuvo a punto de ser secuestrada por Los Zetas, pero logró escapar y se entregó a las autoridades migratorias para que la repatriaran a su país por temor a que al regresar a pie le volviera a suceder lo mismo.

Ahora Rosario pretende llegar otra vez a EU, pero por Tijuana, porque aquí su único temor es la “migra”.

Lourdes, originaria de Zacatecas, salió de EU después de 20 años de vivir allá porque su padre estaba muy grave, y ya no logró volver a entrar a territorio estadounidense.

Ha intentado cruzar dos veces, una por el lado de Texas y otra por Baja California, con visas

rentadas, pero en ambas ocasiones la detuvieron las autoridades fronterizas y la condenaron seis meses a prisión, además de un castigo de 40 años de impedimento para ingresar a EU, y la amenaza de encarcelarla por tres años si reincide.

Aún así, Lourdes comentó que intentará cruzar la próxima semana de la misma forma, pero esta vez pagará 8 mil dólares con la esperanza de tener más suerte y reunificarse con su esposo y sus cuatro hijos, porque asegura que no tiene otra opción.

Sus hijos no se quieren venir a México por la diferencia del nivel de vida y a ella no le dan trabajo aquí por su edad, 47 años, además de su falta de experiencia laboral.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1362-optan-mujeres-migrantes-por-papeles-falsos-para-llegar-a-eu> - 24.06.2013

Jornaleras migrantes sufren explotación en Canadá

Programa de trabajo temporal violenta derechos laborales.

Alba sería capaz de volver a soportar la violación a sus Derechos Humanos con tal de evitar que sus hijas tengan que irse, como ella, de Guatemala a trabajar a un país ajeno que discrimina a las personas cuya pobreza las empuja a emigrar.

Fue la idea de creer que ganar un poco de dinero fuera de Guatemala ayudaría a sus hijas a tener la oportunidad de estudiar, lo que impulsó a Alba y a su esposo a emigrar.

En 2003 la organización reclutadora privada Granjeros Canadienses de la provincia de Quebec y la Organización Internacional para las Migraciones-Guatemala (OIM) firmaron el Programa de Trabajo Agrícola Temporal en Canadá.

Aunque el programa garantiza a mujeres como Alba una migración segura, carece de mecanismos que protejan las garantías individuales, la transparencia en los procesos de selección y reclutamiento laboral, así como la capacitación de las personas que irían a laborar a Canadá.

Peor aún, tal programa no tiene forma de asegurar el respeto de los derechos laborales, el acceso a servicios médicos, la firma de un contrato, el pago equitativo entre mujeres y mujeres, o el tránsito libre en Canadá para las y los trabajadores.

Una compañera de Alba fue quien le informó a ella y a su esposo que en la OIM necesitaban personas para irse a trabajar a Canadá. Sin conocer a detalle el Programa de Trabajo Agrícola Temporal, ambos pidieron informes, depositando su

esperanza de tener un porvenir menos adverso, con algo de bienestar sobre todo para sus hijas.

Engaños

“Jamás pensamos que detrás de esos contratos se escondía la venta de mano de obra barata, sin garantías ni respeto a los derechos laborales de la gente”, narra Alba, quien durante cuatro décadas ha vivido la falta de empleo y oportunidades.

La historia de Alba fue documentada en la publicación “Nuestras voces en el camino. Testimonios de mujeres en la migración”, editado en 2012 por el Instituto para las Mujeres en la Migración (Imumi).

Su caso pone de ejemplo la violación de los derechos laborales en los campos agrícolas de Canadá, país que junto con México y Estados Unidos es de los tres principales destinos de la migración guatemalteca.

Tras pagar 3 mil quetzales (cerca de 4 mil 800 pesos mexicanos), costear los gastos que implicó tramitar su pasaporte, cumplir con exámenes médicos que corroboraran su estado de salud y aprobar una entrevista, Alba y su esposo fueron seleccionados. Él viajó primero, con un día de diferencia.

Cuando ella lo hizo fue en un grupo de 30 mujeres, de entre 20 y 40 años, en un avión que las llevó más allá de la línea divisoria con México, directo a Quebec, donde por tres meses de estancia laboral

nunca se le permitió conocer la provincia canadiense.

Al llegar a Quebec el grupo de mujeres en el que estaba Alba fue llevado a una finca donde se sumaron a un grupo mayor de casi 400 mujeres, entre mexicanas, jamaicanas y guatemaltecas, sin presencia de hombres.

Fueron instaladas en departamentos para una docena de mujeres, dos por habitación, a cambio de pagar una renta de 25 dólares canadienses a la semana (poco más de 300 pesos mexicanos al tipo de cambio actual).

Todas se dedicarían al corte de fresa de lunes a sábado, con jornadas de 11 horas al día. El domingo descansaban del trabajo en el campo para hacer la limpieza en su casa temporal y descansar.

Las compras semanales se hacían los jueves cuando la patrona pasaba por ellas para llevarlas a una tienda departamental. Era la única salida a la semana.

Después de varios días de trabajo agotador, una complicación por una operación previa en un ovario desencadenó en Alba un dolor que ignoró, pero un día no pudo más y se vio obligada a descansar, lo que desató el enojo de la patrona de la finca, quien la regañó por no avisar que faltaría a la faena del campo.

Su experiencia en Quebec no fue buena y Alba lo sabe. Aunque a su regreso a Guatemala no volvió a ver a la gente de la OIM, ella no pierde la esperanza de que cualquier día la vuelvan a llamar para regresar a los campos agrícolas de Canadá.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1783-jornaleras-migrantes-sufren-explotacion-en-canada> - 08.10.2013

Crisis española alcanza al sector de los cuidados

"Es muy doloroso trabajar y que cuando llega la hora de cobrar no te paguen. Y no puedo denunciar al no tener contrato, ni documentación", contó a IPS la dominicana Rossana, una de las muchas inmigrantes que ejercen como cuidadoras y empleadas de hogar en España.

Rossana*, de 32 años, llegó a España en febrero de 2011 desde Santo Domingo, donde dejó tres hijos, de 15, ocho y cuatro años, que dependen en buena parte de sus remesas de dinero.

Trabajó en la ciudad nororiental de Barcelona durante seis meses como cuidadora interna de una anciana hasta su fallecimiento, cuando se la despidió sin indemnización alguna, y desde entonces asegura que "apenas hay empleo y el que hay no se lo dan a inmigrantes sin papeles como yo".

Sobre situaciones como la de Rossana se habló el 29 de noviembre en la oriental y mediterránea ciudad de Valencia, durante el foro Mujer, Migración y Cuidados, promovido por organizaciones de mujeres inmigrantes.

Cuidan de ancianos, niños y personas dependientes, planchan y cocinan, el trabajo de empleada de hogar, poco reconocido socialmente, tiene rostro de mujer y en España es llevado a cabo en 65 por ciento por inmigrantes, buena parte procedentes de América Latina, de cuyas remesas dependen familiares en sus países de origen.

La Encuesta de la Población Activa del Instituto Nacional de Empleo en España revela que hay 667.000 personas empleadas de hogar, de las que 592.000 son mujeres. Pero el sector cuenta con solo 399.796 afiliados al régimen de la Seguridad Social, según las últimas cifras oficiales de una

profesión en la que reina la llamada economía sumergida.

"Se dan situaciones de abuso que rayan en la esclavitud", dijo a IPS la economista española Carmen Castro, experta en políticas públicas e igualdad de género y quien participó en el foro con la ponencia "Qué hacemos con los cuidados? Alternativas para otro modelo de sociedad".

Ella asegura que "cuando se da la conjunción de ser mujer, trabajadora doméstica e inmigrante se agrava la situación de vulnerabilidad y precariedad".

Rossana vivió en carne propia duros engaños, como cuando encontró un trabajo por Internet para cuidar toda la noche a un anciano en un hospital durante 10 días y al final no le pagaron. "Hay muchas (mujeres) aquí a las que le ha pasado lo mismo", observó.

También hay experiencias positivas. Entre ella, la de Nancy, una joven venezolana que trabajó cuidando a un niño durante más de un año y obtuvo la residencia gracias al empeño de Remedios, la madre y su empleadora que no dudó en ensalzar su "buen" hacer en declaraciones a IPS.

Para revalorizar y dignificar el trabajo de cuidadoras y empleadas de hogar y defender sus derechos, medio centenar de mujeres colombianas

inmigrantes y con experiencia migratoria crearon en 2011 la cooperativa transatlántica Coomigrar.

La cooperativa atiende por ahora a mujeres que viven en la ciudad colombiana de Pereira y las españolas de Valencia y su vecina Alicante, y participó en la organización del foro.

Coomigrar pretende "dignificar un trabajo que venimos haciendo las mujeres y que no es reconocido", explicó Luisa Vidal, coordinadora en España de la organización feminista colombiana Sisma-Mujer, impulsora del proyecto apoyado por la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo.

En Colombia, Coomigrar presta desde julio de 2011 servicios profesionales de cuidado de niños, adultos y dependientes y apoyo doméstico, mientras que en España su función se orienta por ahora a la incidencia y sensibilización sobre los derechos de las mujeres. También visibiliza su papel como agentes de desarrollo y capacita a sus socias.

"Ninguna sociedad es sostenible sin el trabajo de cuidados", subrayó a IPS la refugiada política Leonora Castaño, coordinadora y socia de Coomigrar.

Castaño advirtió de que las trabajadoras del sector en España siguen padeciendo "un fuerte déficit de derechos laborales" frente al resto de los sectores, pese a la nueva normativa que regula la relación laboral del colectivo.

En un intento de sacar a las empleadas y empleados de hogar de la economía informal, sus condiciones de trabajo pasaron a estar reguladas desde el primer día de este año por una norma que obliga a sus empleadores a hacerles un contrato, darles de alta en la Seguridad Social y pagar las cotizaciones correspondientes.

"Muchos empleadores no están contratando" a sus trabajadoras en el servicio doméstico, como obliga el decreto, aseguró Vidal a IPS.

La nueva legislación, considera insuficiente por las participantes en el foro, mantiene el libre despido y

no suma al sector a los trabajadores con derecho a prestación por desempleo.

Pero sí establece la obligación de contrato, norma el salario mínimo, limita los horarios, fija una indemnización de 20 días por año como despido y obliga a un preaviso, garantiza el acceso gratuito a la salud y da derecho a jubilación, entre otras mejoras.

España padece los embates de una crisis económica y financiera que acrecienta la desigualdad social y cuyo dato más lacerante es una tasa de desempleo que se sitúa en 26 por ciento de la población económicamente activa, con seis millones de desocupados, según estadísticas oficiales europeas del viernes 30 de noviembre.

Muchas mujeres inmigrantes que se ocupaban de los cuidados en hogares españoles se están viendo abocadas al desempleo y regresan a sus países. "Hay momentos que digo que me quiero ir, pero luego pienso que voy a seguir luchando", afirmó Rossana.

Coomigrar, que se constituye como una alternativa a la crisis por la que atraviesan las mujeres con experiencia migratoria, ha ayudado hace poco a dos colombianas que regresaron a su tierra a incorporarse a sendos trabajos, apuntó Vidal.

"Hay que dar valor al trabajo de los que cuidan a las personas que otros no pueden cuidar" afirmó a IPS la psicóloga Luz María Arias, integrante de la cooperativa colombiana y quien vive hace 12 años en España con su familia.

Arias valoró durante el foro el hecho de que "se ha pasado de ser sirvienta a empleada de hogar". Consideró que existe una mayor concienciación, pero que "aún hay personas que se aprovechan".

La nueva norma pasa a denominar al sector como servicio del hogar familiar y a sus prestatarios como empleados de hogar. Pero para Rossana y otras muchas, aún no llegan los cambios detrás de las palabras.

Fonte: <http://csem.org.br/csem/noticias/595-crisis-espanola-alcanza-al-sector-de-los-cuidados> - 03.12.12

Migración femenina fomenta desintegración familiar

EU y Costa Rica, principales destinos de las nicaragüenses

Las mujeres nicaragüenses que emigran a Costa Rica y Estados Unidos se han convertido en las principales proveedoras económicas del hogar, lo que las hace responsables exclusivas del cuidado de las hijas e hijos, revela un estudio de la Universidad Centroamericana (UCA) de Nicaragua.

Para el estudio se abordaron a 380 estudiantes que tienen algún miembro de su núcleo familiar en el exterior y se encontró que en el caso de las madres que se han ido a Costa Rica y EU, ellas han logrado sostener un flujo permanente de remesas.

El sondeo lo realizaron docentes e investigadoras de la Facultad de Humanidades y Comunicación de la UCA, una de las instituciones académicas más prestigiada del país. Se encontró que los principales destinos de las mujeres migrantes son EU y Costa Rica.

Según la investigación, los motivos de las mujeres para salir de Nicaragua se deben principalmente a la búsqueda de trabajo, y en otros casos porque estaban viviendo una separación de su pareja y querían mejorar sus condiciones de vida tanto de ellas como de sus hijas e hijos. Se detectó que en la mayoría de casos, los hijos e hijas de las migrantes quedan al cuidado de las abuelas maternas.

El estudio, aunque se enfoca sólo en los estudiantes de la UCA que tienen a algún familiar en el exterior, muestra que cada vez la migración en Nicaragua es más femenina. De cada 10 personas que emigraron seis son mujeres, explicó la docente e investigadora de la UCA Hloreley Osorio Mercado, una de las cuatro autoras del sondeo.

Osorio abundó que con la investigación se analizó la llamada "maternidad transnacional", entendida como aquella que se produce cuando la madre mantiene relaciones y prácticas más allá de las fronteras nacionales, y logra mantener vínculos y la unidad familiar gracias a las tecnologías de

información y comunicación, como el internet, la telefonía celular o las redes sociales.

Los hijos e hijas de las migrantes consideraron que cuando es la madre la que tiene que salir del país, provoca afectaciones a la salud física y emocional de los familiares.

Lo anterior lo señalaron 9 de cada 10 estudiantes consultados, y 7 de cada 10 dijeron que la migración en general ha contribuido a la desintegración de la familia, y 3 de cada 10 consideró que la migración ha coadyuvado a la violencia del país.

Cuando se les preguntó sobre cambios en el hogar producto de la migración, la mayoría destacó cambios positivos porque se mejoraron las condiciones de vida y se valora la unidad familiar con el uso de las nuevas tecnologías de la comunicación.

Las y los jóvenes también destacaron como un cambio muy significativo la distribución equitativa de las tareas domésticas en el hogar.

El estudio se realizó entre estudiantes de la UCA que provienen del área metropolitana de Managua, que comprende los departamentos de Carazo, Masaya y Granada.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/496-migracion-femenina-fomenta-desintegracion-familiar> - 09.11.12

ITALIANO

Le donne straniere guadagnano circa 300 euro in meno rispetto ai loro connazionali maschi e il 31% in meno delle donne italiane

Rappresentano il 42% dei contribuenti stranieri. Fondazione Moressa: "disuguaglianze e vulnerabilità per queste lavoratrici".

La retribuzione media mensile di uno straniero nel 2011 è pari a 973 euro. Le donne percepiscono un reddito più basso degli uomini, 790 euro (donne) a fronte dei 1.122 euro (uomini). Il differenziale retributivo tra stranieri e italiani si aggira intorno al -21% (-289 euro) per gli uomini e al -31% per le donne. È lo studio diffuso dalla Fondazione Leone Moressa in occasione della Festa delle donne per denunciare le discriminazioni subite dalle lavoratrici straniere.

Complessivamente, le donne rappresentano il 42,2% del totale dei contribuenti stranieri e i redditi da esse

dichiarate ammontano al 34,7% dei redditi complessivamente dichiarati dagli stranieri. Mediamente una donna straniera dichiara annualmente 10.247 euro, a fronte dei 14.100 euro dichiarati dagli uomini stranieri. Un dato positivo per la componente occupazionale straniera femminile è l'aumento di contribuenti straniere del 5,2% tra il 2009 e il 2010, superiore a quello degli uomini che è stato del 3%.

"La condizione occupazionale, retributiva e contributiva delle donne straniere sembra indicare la vulnerabilità di questa popolazione e la presenza di

disuguaglianze, sia rispetto ai propri connazionali uomini sia rispetto alla popolazione femminile autoctona.” affermano i ricercatori della Fondazione Leone Moressa. “La condizione delle donne straniere riflette da una parte le criticità della società di arrivo rispetto alle problematiche di genere e dall’altra le difficoltà tipiche del percorso migratorio. D’altra parte è opportuno notare come l’inserimento forzato in alcune nicchie professionali delle donne straniere, quali i lavori di assistenza e di cura, sebbene portino

queste lavoratrici a recepire compensi inferiori rispetto ai loro connazionali, dovuti in primis a monte ore ridotti e alle peculiarità di questo tipo di attività, tuttavia le ha preservate dalla contrazione che la crisi economica e finanziaria in corso ha invece causato in altri settori tipicamente più attrattivi per la popolazione maschile, come il comparto delle costruzioni”.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/897-le-donne-straniere-guadagnano-circa-300-euro-in-meno-rispetto-ai-loro-connazionali-maschi-e-il-31-in-meno-delle-donne-italiane> - 11.03.2013

Islam: Corte francese sentenza a favore dell’uso del velo per le donne musulmane nel settore privato

Respinte come discriminatorie le motivazioni alla base del licenziamento di una donna musulmana che indossava il velo sul posto di lavoro.

La Corte di cassazione di Parigi ha sentenziato la settimana scorsa in favore di una donna che era stata licenziata nel 2008 perché indossava il velo sul luogo di lavoro, annullando così la decisione della Corte d’appello che aveva invece deciso contro la donna. La Corte di cassazione ha stabilito che Fatima Afif è stata ingiustamente licenziata dall’asilo presso cui lavorava, a Chanteloup-les-Vignes, a nordovest di Parigi, perché indossava il velo.

Qualsiasi tipo di simbolo religioso, incluso il tipico kippah ebreo, è bandito dalle scuole statali francesi, che operano secondo rigidi criteri laici. Tuttavia, la Corte di cassazione ha stabilito che questo principio non è applicabile al caso della donna in quanto essa lavorava presso un asilo nido privato, pertanto il suo diritto civile ad esprimere la sua religione deve prevalere. La donna era in maternità quando il suo datore di lavoro la avvertì di non ripresentarsi indossando il velo. Al rifiuto della donna, la ha licenziata.

L’avvocato della signora Afif, Canan Ozenici, ha sottolineato quanto la decisione della Corte sia molto importante, in quanto sarà vincolante nel settore privato e permetterà alle donne di lavorare con il velo: “D’ora in poi, sarà più difficile licenziare le donne per il solo fatto che indossano il velo. La decisione della Corte di cassazione è molto chiara”.

Tuttavia, il ministro dell’Interno francese, Manuel Valls, ha espresso il suo rammarico per la decisione della Corte, affermando che essa “mette in discussione il principio di un’istruzione laica e secolare”. Il ministro ha inoltre dichiarato che proporrà un disegno di legge al Parlamento francese per mettere al bando l’uso di simboli religiosi in luoghi dove sono presenti i bambini.

La Francia, con circa 6 milioni di musulmani, ospita la più grande popolazione musulmana nell’Unione europea.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/960-islam-corte-francese-sentenza-a-favore-dell-uso-del-velo-per-le-donne-musulmane-nel-settore-privato> - 26.03.2013

Austria: alloggi di emergenza per donne a rischio di matrimonio forzato

Il progetto per garantire protezione e alloggio a donne e ragazze vittime di matrimoni forzati è ora in fase di attuazione, dopo anni di proposte.

A partire dal prossimo giugno, il Governo austriaco avvierà il primo progetto di alloggio di emergenza per quelle donne vittime di matrimoni forzati, fenomeno che in Austria colpisce ogni anno 200 ragazze e giovani donne, principalmente tra la popolazione immigrata. Il centro di assistenza Orient Express, che si occuperà del progetto, aveva già avviato lo scorso anno un programma di assistenza che aveva aiutato 89 donne, sollecitando il Governo a provvedere all’istituzione di alloggi di emergenza che potessero

ospitare queste donne. Il progetto pilota finalmente avviato dal Governo ha previsto la costruzione di alcuni locali che per il momento ospitano 8 donne e la cui apertura ufficiale è prevista per giugno 2013, con un finanziamento di 360.000 euro per il primo semestre ascrivito nel bilancio statale.

Il matrimonio forzato è punibile in Austria con una pena fino a cinque anni di carcere. Il ministro dell’Interno Johanna Mikl-Leitner ha dichiarato: “Con l’attuazione del progetto, inviamo un messaggio

chiaro: il matrimonio forzato non è un reato minore in Austria. La creazione di alloggi di emergenza è una conseguenza logica. Sono orgogliosa di questo progetto perché incoraggia le donne ad uscire e ad essere sé stesse". "La sistemazione di emergenza non fornirà solo un alloggio, in quanto le ragazze e le donne saranno anche assistite e sostenute per

superare le violenze subite [...] L'intento è quello di aiutare le donne a costruirsi una vita autodeterminata e indipendente", ha aggiunto il ministro delle Finanze Gabriele Heinisch-Hosek, che si è detta soddisfatta della prossima attuazione del progetto.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/988-austria-alloggi-di-emergenza-per-donne-a-rischio-di-matrimonio-forzato> - 02.04.2013

Donne migranti. Anche le italiane lasciano il paese

L'Ufficio della Consigliera di Parità della Provincia di Salerno promuove un convegno internazionale dal titolo "Donne migranti nell'era della globalizzazione" che si terrà presso la Provincia di Salerno, il prossimo 27 giugno 2013. Protagoniste di tale evento saranno le Donne Migranti - italiane e straniere - che rappresentano oggi il 50% degli immigrati del mondo (214 milioni) ed emigrano nell'intento di assicurare migliori condizioni di vita a sé stesse e/o alle proprie famiglie.

Parteciperanno ai lavori il Presidente della Provincia di Salerno, Antonio Iannone, l'Assessore alle Politiche del Lavoro, Pina Esposito, la Consigliera di Parità, Fiordelisa Leone e il Consigliere politico per le Politiche Migratorie, Alessandra Napolitano. Porteranno una loro testimonianza di vita e di studio illustri relatori quali: l'Ambasciatore della Repubblica del Mozambico in Italia, S.E. La Signora Carla Elisa Luis Mucavi, la sociologa Delfina Licata, l'antropologa giornalista Genevieve Makaping, la professoressa Maria Rosaria Pelizzari, presidente Ogepo, Università di Fisciano (Sa), Don Vincenzo Federico, Delegato regionale Caritas Campania e Francesca Memoli, Presidente Accademia Italiana, Salerno.

La donna è il motore trainante di sviluppi economici, sociali e culturali. Le donne migranti sono un fondamentale punto di convergenza fra la cultura del paese di origine che custodiscono e quella del paese di arrivo con cui si confrontano ogni giorno. Protagoniste del welfare, mediatrici nelle relazioni con le istituzioni, sono le donne ad intessere "legami" tra la propria e l'altrui cultura e ad entrare in contatto con la scuola, gli uffici, gli ospedali. E' pertanto necessario puntare sulla donna migrante come elemento imprescindibile di integrazione.

Italiane, nuove immigrate d'Europa. Le donne italiane che emigrano, solitamente dimenticate, sono numerose quanto gli uomini, operano a tutti i livelli di responsabilità, sono spesso sottorappresentate a

livello dirigenziale, percepiscono retribuzioni inferiori, anche se più soddisfacenti rispetto agli standard italiani. Al primo gennaio 2012 i cittadini italiani iscritti all'Anagrafe degli italiani residenti all'estero (Aire) erano 4.208.977, di cui donne 2.017.163 (47,9%). Nel 2012 hanno lasciato il paese 79mila italiani, di cui circa la metà (44%) donne. La Germania resta la prima meta di espatrio. Il 53,3% degli italiani emigrati è partito dal Meridione. Le principali regioni di partenza sono Sicilia (674.572), Campania (431.830), Lazio (375.310) e Calabria (360.312).

In quest'ottica riteniamo utile comparare il vissuto delle connazionali emigrate all'estero con le vicende delle straniere che vivono in Italia. Riscoprendo la nostra storia e memoria collettiva di popolo migrante, dovremmo essere in grado di sostenere l'integrazione delle comunità straniere nel nostro Paese. Al di là delle differenze (per tempi storici, cultura e quantità dei flussi), il confronto ci aiuterà a capire le dinamiche e le problematiche che travagliano oggi il mondo complesso e poco conosciuto dell'immigrazione femminile italiana e straniera. Oltre ai numeri, sono soprattutto le esperienze vissute e le reazioni emotive suscitate dal trauma dello sradicamento e dalle difficoltà d'integrazione ad accomunare i vissuti di ieri e quelli di oggi. Le donne straniere. Le donne oggi rappresentano una componente fondamentale della popolazione straniera in Italia. Negli ultimi anni sono arrivate in Italia donne immigrate attraverso i ricongiungimenti familiari, ma anche donne protagoniste in prima linea delle migrazioni. Nel nostro Paese sono più di 2 milioni e 370mila le donne immigrate. La "femminilizzazione" del processo migratorio obbliga le società occidentali a ripensare al proprio approccio, a renderlo più attento alle esigenze e ai problemi delle donne, integrando una prospettiva di genere in tutte le politiche legate alla migrazione.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1365-donne-migranti-anche-le-italiane-lasciano-il-paese> - 27.06.2013

Geneviève Makaping: "donne immigrate pilastro sommerso dello stato sociale"

Proprio in queste ore si sta dibattendo a Salerno l'importantissima ed attuale questione "Donne migranti nell'era della globalizzazione", convegno promosso dalla Consigliera di Parità della Provincia di Salerno. Presenti il Presidente della Provincia, Antonio Iannone, l'Assessore alle Politiche del Lavoro, Pina Esposito, la Consigliera di Parità, Fiordelisa Leone e il Consigliere politico per le Politiche Migratorie, Alessandra Napolitano. Porteranno una loro testimonianza di vita e di studio illustri relatori quali: l'Ambasciatore della Repubblica del Mozambico in Italia, S.E. La Signora Carla Elisa Luis Mucavi, la sociologa Delfina Licata, l'antropologa giornalista Genevieve Makaping, la professoressa Maria Rosaria Pelizzari, presidente Ogepo, Università di Fisciano (Sa), Don Vincenzo Federico, Delegato regionale Caritas Campania e Francesca Memoli, Presidente Accademia Italiana, Salerno. In corso la "II Sessione: Protagoniste di integrazione e sviluppo", nell'ambito del quale è intervenuta la giornalista antropologa, Genevieve Makaping, con la sua relazione su "Il pilastro sommerso dello stato sociale".

La Makaping ha esordito così: "Nessuno che stupri la Kyenge? l'ha scritto due settimane fa sulla sua pagina Facebook la Signora Dolores Valandro della Lega, consigliere di quartiere di Padova. Dichiarazione che ha fatto saltare dalla sedia persino i più accaniti razzisti. È vero, è stata espulsa dal suo partito, ma le parole che sono pietre, intenzioni ed azioni anche sul piano simbolico rimangono. Stupro in una Italia additata dalle Nazioni Unite come il paese con il più alto tasso di femminicidio nel mondo. Anche il sindaco di Verona, Tosi, con il quale io mi sono confrontata in una diretta televisiva nazionale, si è mostrato alle telecamere amareggiato dall'augurio della Signora Dolores Valandro. Altra cattiva notizia è che la signora Dolores Valandro, che a mio modesto parere, deve avere dei grossi problemi con le altre donne, ma anche con gli uomini, ha ricevuto ben 400 adesioni di solidarietà- ed ha proseguito-La buona notizia invece è che la Valandro ed i suoi quattrocento sostenitori non sono un campione rappresentativo di una nazione dalla grande storia. Storia di democrazia, di solidarietà, e ora, storia del tentativo di fare una seria politica di inclusione. Le donne, e non è retorica, sono il pilastro, ancora sommerso, dello stato civile. Lo avete sentito nella relazione di Don Vincenzo Federico. È evidente che le donne, e parlo delle donne della diaspora, hanno un ruolo indiscutibile come protagoniste di integrazione e sviluppo. Pilastri che nonostante un certo potere maschile diffuso per il mondo abbia nei secoli cercato di sottacere, da un po' di tempo emergono. E continueranno ad affiorare da quello che sembrava un abisso. Ecco ho pensato a tre gruppi di donne. Le donne africane in Africa, le donne

migrati in Italia e infine le donne italiane a loro volta migrate".

Si parla di immigrate africane, donne piene di valori e tradizioni, molto vicini a quelli delle madri e donne italiane. In merito l'antropologa ha sottolineato: "In questa ottica, le donne africane hanno smesso di chiedere, da tanto tempo. Agiscono. A dire la verità agivano anche prima. Nell'era della globalizzazione lo slogan è: "smetti di rivendicare i tuoi diritti, smetti di mendicarli, prendili e basta". Molte migranti africane fuggono da condizioni di violenza, di vessazioni e altre forme di prevaricazione. Partono piene di speranza alla volta dell'Italia, approdo sicuro e vicino alla loro terra natia. "Sono donne forti, laboriose, un tantino impazienti. Donne che non aspettano che venga qualcuno altro per dire loro cosa e come e quando e dove devono fare. Fanno, agiscono e chiedono meno. Grazie ai socialnetwork ed ai media, la rete è diventata il luogo dell'incontro e del confronto, di una nuova forma di democrazia. Non vi sembrerà strano, andare in Africa ed incontrare delle donne al mercato, nei villaggi, con il telefonino appeso al collo- le descrive così Genevieve Makaping- Ma per quale ragione non hanno desistito di fronte a tanto ostruzionismo? Perché non hanno preferito rimanere al margine, nella periferia intellettuale, materiale, scolastica, economica, persino affettiva dove da secoli sono state relegate universalmente? Le donne sono delle potenziali generatrici di vita. Sono le donne che danno al mondo altri esseri umani".

Altro tema sul quale si è discusso è la mancata prospettiva di una pensione per le migranti, sempre in partenza alla ricerca di sicurezze mancate: "Le migranti non percepiranno mai la pensione italiana. Non vengono qui per rimanerci per sempre, contro chi parla di invasione. Queste donne sono una buona fetta dell'immigrazione. Sono quei migranti che costituiscono appena il 7 per cento della popolazione italiana ma che contribuiscono al 10 per cento del prodotto interno lordo del paese; della ricchezza materiale del Paese, ma anche di quella immateriale. Non ho i dati di quest'anno, ma 2010, l'Italia era il quinto Paese europeo per numero di migranti residenti: 4,2 milioni dopo Germania con 7,1 milioni, Francia 6,7 milioni, Spagna 5,7 milioni e Regno Unito con i suoi 4,4 milioni". I numeri parlano, ma le azioni concrete in aiuto di questa larga fetta di popolazione italiana ormai, sono ancora a quota zero, così come ricorda in ultima analisi l'antropologa: "La metà di questa popolazione nuova è donna. Parliamo di donne che aiutano altre donne nel mantenimento delle loro famiglie, le cosiddette colf e badanti che trovo sia una parolaccia. Che vuol dire badante? E la

persona della quale hanno cure sono le badate? Parliamo di donne la cui età media è di 40 anni”.

Infine il pensiero della Makaping è andato alle numerose ragazze, spesso giovanissime, che sono costrette a prostituirsi, ingannate da un sistema malato e corrotto: “E poi ci sono le donne senza voce, che hanno lottato e sembrano aver perso le loro battaglie. Il mio pensiero va alle sommerse per eccellenza: quelle donne, spesso ragazzine, che vedo sostare lungo le strade dell'occidente opulento. Le chiamano nigeriane, le ghanesi, le camerunesi. Nessuno punta il dito. E se proprio dobbiamo farlo, facciamo tutti insieme. A volte mi chiedo ma le donne del cosiddetto primo mondo più privilegiate e dunque fortunate rispetto alle consorelle del terzo

mondo e quarto mondo? Loro non muoiono di fame, hanno accesso alla scolarizzazione, vestono meglio, vivono in case più decenti. Poi però sono le meno rappresentate nel mondo politico. Lavorano quanto i loro colleghi maschi, a parità di curriculum, ma sono sottopagate. Le denunce delle varie associazioni, ma anche delle autorità giudiziarie c'informano che le donne sono quelle che delinquono di meno, ma sono quelle che di più subiscono le violenze. Violenze di tutti i tipi sia nel privato sia nel pubblico. Il mio ultimo pensiero va alle giovani donne italiane costrette a migrare alla ricerca di un lavoro”.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1377-genevieve-makaping-donne-immigrate-pilastro-sommerso-dello-stato-sociale> - 28.06.2013

La vulnerabilità delle donne immigrate tra tratta, sfruttamento e clandestinità

Nel Rapporto 2013 di Amnesty International dedicato all'Italia, viene menzionata la Relatrice speciale delle Nazioni Unite sulla violenza contro le donne, che dopo i 124 casi di femminicidio del 2012 (stimati dalla Casa delle donne di Bologna) ha raccomandato la creazione di un'istituzione nazionale indipendente per i diritti umani con una sezione dedicata, l'approvazione di una legge sul tema e la modifica del reato d'immigrazione irregolare per garantire accesso alla giustizia alle migranti in situazione d'irregolarità.

Esortazioni a cui si dimostra favorevole anche Maura Misiti, coautrice del libro-progetto 'Ferite a morte' di Serena Dandini e ricercatrice al Cnr di Roma, dove da circa vent'anni studia la problematica della violenza di genere.

“Effettivamente – spiega – se si analizzano i dati raccolti dal numero verde antiviolenza delle Pari opportunità, 1522, si evidenzia che circa il 9% delle donne che si rivolgono al servizio sono straniere. Il 53% di queste denunciano casi di violenza fisica, contro un 35% di donne italiane. E per quanto riguarda la violenza psicologica si parla di un 18% di straniere contro il 12% di connazionali, dove generalmente l'autore della violenza subita è il marito, convivente o fidanzato.

Alcune invece contattano il numero solo per richiedere informazioni di largo raggio, sul come fare le denunce o sulle norme di custodia dei figli. Un elemento che serve a capire le difficoltà che le migranti incontrano proprio a livello di accesso alle informazioni e ai servizi, oltre alla comprensione linguistica”.

Oggi la Direttiva europea n. 29 del 25 ottobre 2012 istituisce le norme minime in materia di diritti di informazione, di assistenza linguistica e protezione

delle vittime di violenza, tenendo conto anche delle donne e dei minori stranieri. Disposizioni che potrebbero mettere in discussione delle norme attualmente in vigore in Italia. Dal Rapporto ombra della piattaforma italiana Lavori in Corsa: 30 anni Cedaw risulta infatti che la protezione delle vittime di tratta e sfruttamento sessuale, generalmente senza documenti in regola, sia resa più complessa dalle modifiche introdotte dal Pacchetto Sicurezza del 2009, giacché è evidente che “se per informarsi o esporre denuncia queste persone rischiano di essere trattenute ed espulse, ovvero soggette a procedimenti penali, la richiesta di aiuto diminuisce drasticamente” soprattutto quando “la denuncia degli sfruttatori non sempre garantisce alle vittime un'adeguata protezione”.

“Oltre a questo – afferma Maura Misiti – se si vuole realmente contrastare la tratta di esseri umani bisognerebbe monitorare il fenomeno con una raccolta sistematica dei dati a livello globale, come ha fatto recentemente l'Eurostat, dove emerge che il nostro Paese ha il primato per tratta di esseri umani: su 23.632 vittime nell'Unione europea, 6.426 sono in Italia. Altrettanto inquietante è il fenomeno della tratta dei minori, che possono arrivare in Europa anche con modalità legittime come motivi di studio o adozione, tanto che dal 23 ottobre 2012 è entrata in vigore la legge italiana di ratifica della Convenzione di Lanzarote.

Spostando l'attenzione sulle donne straniere che lavorano come colf o badanti in Italia, il Rapporto ombra della Cedaw cita un'indagine del 2007 in cui si evidenziava un 17,5% di vittime di discriminazione, con un 23% di maltrattamenti e sfruttamenti economici e un 16,9% di molestie sessuali, “generalmente sottaciute a causa della condizione di

isolamento, per paura di perdere il lavoro, la casa, o di essere passibili di denuncia e di espulsione se irregolari”.

“Il fenomeno delle collaboratrici domestiche straniere – afferma Maura Misiti – è decisamente poco conosciuto e include situazioni di enorme vulnerabilità, laddove esiste un rapporto diretto col proprio datore di lavoro. Un’area di sommerso e clandestinità che le svariate leggi fatte non hanno risolto, anzi incentivando il lavoro nero. Una questione che mette peraltro in discussione il sistema di welfare italiano, dove la famiglia si trasforma in ammortizzatore sociale, spesso scaricandosi sulle sole donne”.

Interpellata sul fenomeno delle mutilazioni genitali femminili nel nostro Paese, Maura Misiti risponde: “Dal 2006 esiste una legge che punta sulla prevenzione, con linee guida del ministero della salute rivolte agli operatori sociosanitari che però non hanno avuto una grande diffusione. Una ricerca del 2009 stima che in Italia vi siano circa 35.000 vittime di mgf, di cui un migliaio di potenziali vittime con età inferiore ai 17 anni. Comunque le cose iniziano a muoversi anche nei paesi d’origine delle immigrate, e oggi ben 18 Paesi africani hanno una legge nazionale che sanziona la pratica”.

“Un altro dramma a cui bisognerebbe dare risalto – continua Maura Misiti – è quello della violenza all’interno dei Centri di identificazione ed espulsione. Limbi con persone molto vulnerabili e senza diritti, dove la cronaca ha evidenziato una lunga cronologia di stupri e maltrattamenti, ben documentati dal movimento Donne contro i Cie.

In quanto alla ratifica della Convenzione di Istanbul votata all’unanimità dal parlamento italiano, Maura Misiti conclude: “L’entrata in vigore è condizionata dalla ratifica di almeno 10 Paesi, di cui 8 appartenenti al Consiglio di Europa, e l’Italia è il quinto ad aver aderito. Quindi, anche se rappresenta un segnale politico molto importante, c’è ancora tanta strada da fare prima che la convenzione venga realmente applicata, anche a livello nazionale, attraverso un processo di implementazione di interventi legislativi, di sensibilizzazione e di prevenzione, includendo la creazione di un osservatorio nazionale sul fenomeno. Per concludere vorrei ricordare che la Convenzione prevede indicazioni specifiche verso le donne migranti e richiedenti asilo, rese particolarmente vulnerabili dal loro status”.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1517-la-vulnerabilita-delle-donne-immigrate-tra-tratta-sfruttamento-e-clandestinita> - 29.07.2013

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A "Globalização da indiferença" e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias